

# Capítulo 5

## A estratégia como arte

### SEÇÃO I – A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA

#### 191 – O ponto de partida da evolução: a constituição da estratégia

Se a história da guerra é tão antiga quanto a história da humanidade, a estratégia, ao contrário, não é tão velha quanto a guerra. Ela pressupõe, conforme já apresentado, uma certa complexidade da arte da guerra. Quando um exército completo está em campanha em um só bloco obedecendo as ordens de um rei ou do seu lugar-tenente, esta complexidade é raramente observada. O chefe comanda o exército não de um quartel-general situado em sua retaguarda, mas à frente de suas tropas e, mais frequentemente, ele dá o exemplo acompanhando pessoalmente o combate. Sabe-se que Alexandre quase morreu na Batalha de Issos, que Philippe-Auguste esteve em grande perigo de ser preso na Batalha de Bouvines, que Gustavo-Adolfo, da Suécia, foi morto em Lutzen. Limitações de toda ordem são obstáculos a um planejamento de longa duração: as políticas por exemplo quando o Estado não é tão poderoso ou bastante rico para manter uma Força Armada permanente; orgânica, quando é difícil dividir a força em corpos autônomos devido à insuficiência de subordinações ou de uma lealdade incerta de vassalos entregues a si mesmos; logística, quando o reabastecimento da força não pode ser garantido. A partir de então, a tentação é grande para concluir que a estratégia é um domínio muito complexo para as sociedades tradicionais. Esta tese foi notadamente expressa, com talento, por Herbert Rosinski. Até o século XVI, disse ele: a reflexão estratégica era inteiramente intuitiva e pessoal. Ela não era o produto de um planejamento elaborado e calculado. Ela consistia principalmente da perseguição tenaz de um objetivo grandioso e simples – a conquista do Império Pérsia ou da Gália – e foi realizada por meio de uma série de brilhantes improvisações pessoais. Estas ações, ainda que implicassem uma reflexão estratégica, não poderiam (e ainda não podem) ser teorizadas e desenvolvidas em conceitos estratégicos sistemáticos<sup>1</sup>.

---

1. ROSINSKI, Herbert. *La structure de la stratégie*.

Não está certo que esta tese seja inteiramente justificada. O problema principal é o da insuficiência da nossa documentação sobre os antigos períodos, que nos impede, muito frequentemente, de apreender, com precisão, tanto a organização quanto o processo de decisão e de execução. Quando, extraordinariamente, temos o testemunho de um historiador, vê-se aparecer uma visão estratégica, que não é somente uma sucessão de improvisações em função das circunstâncias. O exemplo mais esclarecedor é o da guerra do Peloponeso imortalizada por Thucydides<sup>2</sup>: os discursos de Péricles, mesmo àqueles enviados de Corcyre diante da assembléia do povo ateniense, demonstrou uma percepção das exigências estratégicas que nenhum estrategista contemporâneo negaria. Da mesma forma, remarca-se, a partir de Políbio e Tácito, um plano estratégico desenvolvido na duração e no espaço com uma amplitude excepcional, que verdadeiramente será reencontrado só na época contemporânea<sup>3</sup>. E mesmo na Idade Média, período de regressão intelectual evidente em numerosos domínios, não é verdadeiro que a ciência da guerra foi arruinada por uma ética cavaleiresca unicamente preocupada com aparência e bravura. Philippe Contamine fez justiça a propósito de sua visão tão simplista.

Mesmo operações de pequena envergadura podem traduzir um certo problema estratégico à medida que o objetivo procurado é conscientemente adaptado aos meios e aos procedimentos... Em um nível mais alto ainda, campanhas revelam uma estratégia de aparência elaborada: expedições de Carlos Magno contra a Saxônia, conquista da Inglaterra por Guilherme da Normandia, cargas de cavalaria inglesas simultâneas entre 1346 e 1356, a campanha de Eduardo I para a conquista do País de Gales em 1294-1295... retomada da Normandia por Carlos VII (1449-1450)<sup>4</sup>.

Pode-se fazer uma apreciação parecida a respeito da Guerra dos Trinta Anos, geralmente apresentada como uma luta anárquica, na qual os exércitos eram incapazes de obter uma decisão e os dirigentes incapazes de chegar aos seus objetivos de guerra. Derek Croxton mostra que a França, por ele citada como exemplo, soube combinar diplomacia e estratégia para obter os objetivos que haviam sido definidos por Mazarin. Apesar das dificuldades logísticas, Turenne e Condé concebem verdadeiros planos de campanha<sup>5</sup>. Como de costume, os julgamentos severos realizados pelos historiadores são tachados de anacronismo e procedem de uma comparação infundada com a guerra contemporânea.

Entretanto, é pouco contestado que durante os séculos, sem ser portanto imóvel, a estratégia se encontrou fechada dentro de limitações atribuídas às razões técnicas e também políticas. Essas limitações foram sistematizadas pelo historiador norte americano Victor Hanson, que propôs um “*modelo ocidental de guerra*”<sup>6</sup>, no qual a guerra, em consequência da fraqueza do Estado, é uma atividade não permanente, provida de meios especializados, fazendo uma distinção clara entre militares e civis que são munidos de uma potência de fogo e de um armamento defensivo pesado. Apesar das rápidas invasões nômades e dos períodos de anarquia, os traços dominantes deste modelo atravessaram os séculos, desde a antiga Grécia até a Europa moderna, como já o havia observado, ao fim do século XIX, o grande historiador

2. THUCYDIDE. *La guerre du Péloponnèse*. Paris: Laffont, Bouquins, 1995.

3. Cf. LUTTWAK, Edward. *La grande stratégie de l'empire romain et Pierre Laederich*: les limites de l'empire.

4. CONTAMINE, Philippe. *La guerre au Moyen Âge*, p. 369 e 375. Conforme o exemplo do Plano Inglês de 1346 (infra nº 424).

5. CROXTON, Derek. *A territorial imperative? the military revolution. Strategy and Peacemaking in the Thirty Years War*, War and History, 1983.

6. HANSON, Victor. *Le modèle occidental de la guerre*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

alemão Hans Delbrück, que comparava a estratégia de Péricles à empregada por Frederico II<sup>7</sup>. As mudanças se encontram, sobretudo no plano tático, com alternância dos períodos preponderantes de infantaria ou de cavalaria.

A partir do século XVII e, principalmente, no século XVIII, a arte da guerra conhece uma mudança radical. O aumento do poder do Estado permite a organização de exércitos permanentes<sup>8</sup>, cada vez mais numerosos<sup>9</sup>, e cada vez mais equipados; os progressos da artilharia e das armas de fogo modificam a fisionomia do combate, que sempre será um ato de bravura, mas também, e cada vez mais, um ato de técnica.

## 192 – O sentido da evolução: a lei de complexidade crescente

Como frequente, essas inovações não serão impostas facilmente e a conscientização dessas mudanças só se fará muito tardiamente. No século XVIII, a fascinação pela antiguidade faz com que se discuta a perder de vista os méritos respectivos dos antigos e modernos chefes de guerra. Napoleão chegará a pôr um termo a essa querela ao sustentar que a guerra moderna é infinitamente mais complexa que a guerra antiga:

A tarefa que tem de efetuar um comandante de um exército é mais difícil nos exércitos modernos do que nos antigos. Também é verdadeiro que sua influência é mais eficaz no resultado das batalhas... Os campos de batalha modernos são mais extensos; o que obriga a estudar um maior campo de batalha. Deve-se ter muito mais experiência e engenhosidade militar para dirigir um exército moderno do que se devia para dirigir um exército antigo<sup>10</sup>.

	I	II	III	IV
Guerra dos Trinta Anos	19000	1,5	1	0,24
Guerras de Luis XIV Sucessão da Espanha	49000	1,75	7	0,77
Guerras de Frédéric II Sucessão da Áustria Guerra dos Sete Anos	47000	3,33	12	0,82 1,40
Guerras da Revolução Francesa Primeira coalizão Segunda coalizão	45000		12	3 4,4
Guerras Napoleônicas Terceira coalizão Guerra de 1809 Guerra de 1812	84000	3,5	37	7 11 5,2
Guerra da Secessão Americana	54000	3	18	1
Guerra de 1870	70000	3,3	12	9
Guerra Russo-Japonesa	110000	3,75	3	1

Fonte: R.R. Palmer, dans E.M.Earle, *Les Maîtres de la stratégie*, I, p. 325.

7. DELBRÜCK, Hans. *Die strategie des Perikles erläutert durch die strategie Friedrichs des Grossen*. Berlin, 1890.
8. O fenômeno está bem descrito no livro de MEYER, Jean. *Le poids de l'état*. Paris: Presses Universitaires de France, Histoires, 1983. O exemplo francês é claramente analisado por John Lynn, em LYNN, John A. *Tools of war instruments, ideas and institutions of warfare 1445-1871*. Urbana-Chicago: University of Illinois Press, 1990. p. 1-27.
9. Ao fim do seu reinado, Henrique IV não empregou, em tempo de paz, mais que alguns milhares de homens (6737 homens em 1600, e 9.990 em 1610).
10. Commentaires de Napoléon II, t. VI, p46.

Explicações das colunas:

- I. Tamanho médio de um exército em campanha, estabelecido, cada vez que era possível, sobre uma base de 30 batalhas por cada guerra.
- II. Número de canhões por mil combatentes.
- III. Número de batalhas nas quais os efetivos dos exércitos de beligerantes ultrapassavam 100 mil homens.
- IV. Média de batalhas por mês.

O fator decisivo na complexidade crescente da estratégia, mais que o próprio progresso tecnológico, que altera inicialmente a tática, é o aumento dos efetivos, que passam definitivamente os 100 mil homens na Revolução Francesa, enquanto Turenne, como Maurício de Saxe, condenava qualquer exército de mais de 50 mil homens conforme citado: “*incômodo para aquele que comanda e para aqueles que compõem o exército*”<sup>11</sup>. Este aumento que é resultante de causas externas, de mudanças políticas e sociais, modifica a lógica interna da guerra, dentro do sentido de uma intensidade das operações (e não dos efeitos destruidores da própria guerra, que não conhecem contínua evolução), como sugere o quadro estabelecido por R.R. Palmer.

Os efeitos do aumento dos efetivos são múltiplos:

- \* ele obriga a fracionar os exércitos, demais numerosos para serem reunidos em uma massa única (supra nº 21); ele provoca uma dilatação do teatro de operações, porque procura forças que podem estar encarregadas da proteção das vias de comunicações;

- \* ele favorece a continuidade da guerra, uma vez que uma parte das forças pode ser colocada em reserva sem que seja necessário interromper as operações em curso; ele torna o soldado menos raro, logo menos caro, mais “consumível” no campo de batalha;

- \* enfim, ele diminui a importância do terreno, uma vez que as forças não podem nele se apoiar para escapar do confronto com o inimigo, conforme apresentava Napoleão a propósito das manobras de Turenne e Montecucculi, que podiam permanecer meses sem travar batalhas em grande estilo:

Os exércitos de então se encontravam fracos e, com exércitos fracos, as posições desempenham um papel importante. Não existe posição para parar tropas de 200 mil a 300 mil homens, enquanto um hábil general encontra em todo lugar vantajosas posições para situar um exército de 20 mil a 30 mil homens; um vilarejo, um desfiladeiro, tornam-se nestes casos pontos importantes; porém a sua importância diminui em função da força dos exércitos<sup>12</sup>.

Esta complexidade será crescente até o século XX, fazendo passar a estratégia do nível divisionário até aquele do corpo de exércitos, seguido do exército, depois por grupo de exércitos e, enfim, do teatro de operações (supra nº 55). O estrategista terá que empregar meios cada vez mais importantes e, principalmente, muito diversificados em um espaço cada vez mais extenso.

Esta complexidade crescente não tem valor universal, não implica que a história da estratégia seja linear, com um progresso contínuo da arte da guerra. O declínio de uma civilização pode provocar uma regressão, da mesma forma que um longo período de paz conduz ao esquecimento de conhecimentos dificilmente adquiridos. A guerra naval para os gregos se caracteriza por táticas e estratégias muito elaboradas, que foram totalmente perdidas durante os séculos do domínio de Roma (a Esquadra de Roma continua a existir, porém não tem mais adversários de

---

11. Turenne citado em General Lewal. *Études de guerre*. Partie organique, 1873, p. 29.

12. Citado em CAMON, Hubert. *La guerre napoléonienne*, p.371.

porte, apoiando o exército e lutando contra os piratas<sup>13</sup>), terá que aguardar o fim da Idade Média para que a tática e a estratégia navais das cidades italianas ou turcas reencontrem um nível de perfeição comparável<sup>14</sup>. O mesmo acontece em terra: mesmo podendo discernir os traços de uma estratégia na época medieval, eles não podem sustentar a comparação com a estratégia do Império Romano. É somente a partir da época moderna que a estratégia se torna um sistema com informação crescente e no fim do século XIX ela se torna multidimensional (infra nº 222).

## 193 – O ritmo da evolução: continuidades e revoluções

Esta evolução é contínua ou descontínua? A segunda hipótese havia sido sustentada logo após a Segunda Guerra Mundial por um estrategista inesperado, André Malraux, nos termos que a sociologia mais moderna não desmentiria:

Por diversas épocas, a forma da guerra tem a de ritos. A vitória cabe então àquele que, recusando primeiro observar os ritos, decide apenas conhecer a vontade de vencer... Se bem que a história da guerra seja proveniente de uma sucessão de descobertas desgastadas em ritos militares vencidos por novas descobertas<sup>15</sup>.

Essa tese de uma evolução descontínua hoje vem de “vento em popa”, com o discurso das revoluções militares ou das revoluções nos assuntos militares. A idéia de uma revolução militar moderna foi lançada a partir dos anos 1950 pelo historiador Michaël Roberts<sup>16</sup>, mas somente nos anos 1970-1980 o debate se desenvolveu, notadamente a respeito do livro de Geoffrey Parker<sup>17</sup>, que se tornou um clássico. A partir de então, houve uma forte tentação de generalizar a idéia de revolução militar e de se fazer um aprofundamento na leitura da história da guerra. O Coronel Krepinevich assim propôs uma lista que identifica ao menos uma revolução por século desde o fim da Idade Média:

1. Século XIV: revolução da infantaria
2. Século XV: revolução da artilharia
3. Século XVI: revolução da fortificação
4. Século XVI: revolução de navios de linha (Sail and Shot)
5. Século XVII: revolução militar (guerra regulada)
6. Fim do século XVIII: revolução napoleônica
7. Segunda metade do século XIX: revolução da ferrovia e do tiro
8. Segunda metade do século XIX: revolução do navio a vapor e de ferro
9. Primeira metade do século XX (entre as duas guerras): revoluções da mecanização, da aviação e da informação<sup>18</sup>

---

13. REDDÉ, Michel. *Mare nostrum: les infrastructures, le dispositif et l'histoire de la marine militaire sous l'empire romain*. Roma: Escola Francesa de Roma, 1986.

14. As batalhas navais da Idade Média são, geralmente, combates entre soldados embarcados a bordo de navios mercantes transformados.

15. MALRAUX, André. *Carta-prefácio ao General P.E. Jacquot, Essai de stratégie occidentale*. Paris: Gallimard, 1953. p.XII-XIII.

16. Michaël Roberts lança a expressão em uma conferência realizada em 1955 e rerepresentada no seu livro *Essays in Swedish History*, 1967.

17. Cf. PARKER, Geoffrey. *La révolution militaire 1500-1800*. Paris: Gallimard, 1993, e os anais da jornada de estudos: BÉREGER, Jean (Dir.). *La révolution militar em Europa, (séculos XV-XVIII)*. Paris: ISC-CREC-IRCOM-Économica, Altos Estudos Militares 6, 1997.

18. KREPINEVICH, Andrew F. Cavalry to computer: the pattern of military revolutions. *The National Interest*, automne, 1994.

O conteúdo das revoluções militares é demais fluido para que se possa compreender a arte da guerra no emprego de um conceito do qual a carga ideológica acrescenta ainda a ambigüidade. Pode-se colocar sobre a mesma etiqueta mudanças puramente técnicas (artilharia, estrada de ferro) e outras que não possuem nenhuma dimensão técnica (Napoleão não introduziu nenhuma inovação em armamento; seus soldados conservavam o fuzil modelo 1777; sua artilharia era aquela de Gribeauval)? Pode-se, sobretudo, qualificar de revoluções, as quais supõem mudanças de grande amplitude em pouco espaço de tempo, transformações cujo impacto se faz verdadeiramente sentir só ao fim de décadas se não séculos? A artilharia aparece no século XIV, mas só se tornará decisiva no campo de batalha muito mais tarde (a infantaria permanecerá a rainha dos campos de batalhas até a Primeira Guerra mundial); a substituição da lança pela arma de fogo individual, começada desde o século XVI, só se encerrou no início do século XVIII, após a invenção da baioneta calada por Vauban.

A revolução militar moderna suscitou uma reflexão intensa que certamente fez progredir a história militar, não foi completamente satisfatória do ponto de vista teórico: seus numerosos comentaristas são incapazes de se entenderem sobre a sua cronologia (que se estende por três séculos!) e sobre o seu conteúdo (alguns privilegiam a “linha italiana” em fortificação, outros o desenvolvimento da artilharia ou das armas portáteis). Esta imprecisão aumenta ainda quando se tenta generalizar o conceito e a lista do Coronel Krepinevich, ela resulta mais da vontade dos teóricos da atual revolução em assuntos militares por lhe inventar mais uma genealogia do que uma análise histórica séria. No limite, só a bomba atômica provocou uma revolução militar indiscutível. A mudança foi radical e quase instantânea. Alguns anos bastaram para assimilar a lógica da dissuasão.

## 194 – Os fatores da evolução: inovações e instituições

Em regra geral, é necessário um período de maturação mais ou menos longo sem o qual o novo meio cai no vazio. **A inovação técnica**, sobre a qual os adeptos das revoluções militares de todas as ordens insistem, se é necessária, não é suficiente para provocar uma transformação radical na arte da guerra. É preciso que ela seja assimilada pela instituição, em função da experiência ou ao final de uma maturação intelectual, que engendre alterações organizacionais e doutrinárias. Esse processo é por vezes rápido, sobretudo em situação de conflito, uma vez que a urgência da hora obriga a variar os costumes, a reagir sem perda de tempo perante as inovações do adversário. Porém, pode ser também longo: as lições de Crécy (1346) e Poitiers (1356) não impedem os cavaleiros franceses de repetir os mesmos erros, como ocorrido em Nicópolis (1396) e em Azincourt (1415) e ainda em Varna (1444). Mais próximo de nós, a maior parte dos grandes chefes da Primeira Guerra Mundial permanece cega diante da mudança que aconteceu sob seus olhos. Apesar das hecatombes de Artois e de Champagne (1915), Joffre e Haig tentam realizar uma penetração no Somme em 1916, e Haig, após enormes perdas sofridas durante esta ofensiva, repetirá isto, no ano seguinte, nos Flandres. A Batalha de Passchendaele durou vários meses e terminou após um enfraquecimento geral. Todavia, os meios técnicos dessa transformação (artilharia de tiro rápido, metralhadora, uso de arames farpados) eram conhecidos já desde muito tempo.

Mesmo na época contemporânea, quando as inovações técnicas se sucedem a uma cadência acelerada, seu alcance estratégico é apenas, mais uma vez, compreendido por alguns teóricos visionários<sup>19</sup>. O bombardeio estratégico, esboçado desde 1915, teorizado

---

19. ROSEN, Stephen Peter. *Winning the next war: innovation and the modern military*. Londres: Cornell University Press, 1994.

por Douhet, só será eficaz no fim da Segunda Guerra Mundial, após longas e custosas tentativas. Frequentemente, novos equipamentos militares são aplicados sem ter-se certeza sobre os níveis qualitativos e quantitativos que poderiam lhes permitir serem decisivos. A vantagem da surpresa é então perdida. Em 1915, em Ypres, o primeiro emprego de gás causa um verdadeiro pânico nas tropas aliadas. Divisões inteiras debandam; porém os alemães são incapazes de tirar proveito, ao deixarem de engajar as forças necessárias. Em sentido inverso, no ano seguinte, o primeiro aparecimento do carro de combate no campo de batalha fica limitado a apenas 18 unidades. Isto é naturalmente muito pouco para se obter um efeito estratégico, porém é suficiente para alertar o comando alemão que passa a utilizar o projétil perfurante K com núcleo de aço e dá a ordem de aumentar as trincheiras. Quando do emprego maciço, pela primeira vez, da arma blindada, em Cambrai no fim de 1917, obter-se-ia só meio-sucesso.

## SEÇÃO II – AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

### 195 – A manobra estratégica

O termo manobra é empregado aqui no sentido mais amplo do conjunto de concepções, utilizado pelo Almirante Castex em seu tomo II das suas *Théories* para introduzir estudos de casos. A manobra, assim entendida, é hoje definida como a “*combinação das ações planejadas, no espaço e no tempo, tomadas em um contexto particular, e contribuindo para atingir o objetivo fixado no quadro da missão*”<sup>20</sup>.

É esta visão do conjunto que diferencia verdadeiramente a estratégia da tática, que caracteriza a arte do general. Progredindo, assim, a arte militar não troca somente de grau, mas também de natureza. As exigências da tática e da estratégia não são as mesmas. O Marechal de Saxe o havia dito de uma forma muito forte:

Poucas pessoas se ocupam das grandes partes da guerra. Elas passam a sua vida a manobrar tropas e crêem que a arte militar consiste somente nesta parte. Quando chegam ao comando das forças, estão despreparadas, e, na falta de saber fazer o que é preciso, fazem o que sabem<sup>21</sup>.

**A característica fundamental da atividade estratégica é sua extrema diversidade.** Clausewitz já tinha dito em sua famosa fórmula “*A guerra é um camaleão*”. A partir de então, as tipologias possíveis são múltiplas.

### 196 – Os modelos do General Beaufre

O General Beaufre apresentou, em sua *Introdução à Estratégia*, cinco modelos que lhe parecem cobrir o conjunto do campo estratégico.

- 1) O modelo da ameaça direta, “*que atualmente está muito em voga graças à existência da arma atômica e que serve de base ao dispositivo imponente da estratégia da dissuasão*”.
- 2) O modelo da pressão indireta, “*que busca a decisão por ações insidiosas de caráter político, diplomático ou econômico*”.

---

20. GLOSSÁRIO interarmées para o emprego de forças.

21. DE SAXE. Mes Rêveries, p. 222.



3) O modelo de ações sucessivas, “*combinando a necessidade da ameaça direta e a pressão indireta com as ações de forças delimitadas*”. As guerras européias do século XVIII se aproximariam desse modelo.

4) O modelo da luta total prolongada de baixa intensidade militar, “*freqüentemente empregada com sucesso na guerra de descolonização e da qual o principal teórico foi Mao Tsé Tung*”.

5) O modelo do conflito violento visando a vitória militar, que “*corresponde à estratégia clássica do tipo napoleônico e da qual o teórico principal foi Clausewitz*”<sup>22</sup>

Esta classificação não se limita apenas a condição da guerra, ela cobre todo o espectro conflituoso. Entretanto ela apresenta, como todas as taxionomias, o risco de englobar na mesma categoria de conflitos para os quais a lógica pode ser sensivelmente diferente: o modelo por ações sucessivas corresponde muito bem às guerras de Luís XIV, mas ele não se aplica à Guerra dos *Sete Anos*, que não responde tampouco ao modelo do conflito violento do tipo napoleônico. A irredutível especificidade de cada situação histórica condena este tipo de gráfico de análise baseado em um único critério. É preferível limitar-se a um maior grau de generalidade e, logo, às tipologias binárias mais imediatamente assimiláveis e mais utilizáveis, porque elas não precisam estar ligadas a uma época determinada, enquanto sua combinação permite apresentar a diversidade das situações históricas. Pode-se reter várias distinções, que oferecem à estratégia um imenso leque de meios de ação.

## 197 – Estratégia convencional, estratégia alternativa

A distinção primordial é aquela que opõe a guerra com regras, conhecida hoje como uma estratégia convencional, à guerra irregular, domínio das estratégias alternativas.

A primeira opõe as forças regulares em uma guerra ou um conflito colocando em confronto unidades políticas soberanas. É a única que é coberta pelo direito da guerra (quando ele existe) e pelo direito internacional<sup>23</sup>: Um conjunto de regras e de convenções tende a limitar os efeitos destruidores, notadamente a respeito das populações civis<sup>24</sup>.

Estratégia convencional	Estratégia alternativa
Estratégia de guerra total	Estratégia de conflito limitado
Estratégia de aniquilação	Estratégia de desgaste
Estratégia de destruição	Estratégia de interdição
Estratégia direta	Estratégia indireta
Estratégia ofensiva	Estratégia defensiva

22. BEAUFRE, André. *Introduction à la stratégie*, p. 20-22.

23. Cf. a síntese histórica e teórica de VISSCHER, Charles de. *Théories et réalités en droit international public*. 4.ed. Paris: Pédone, 1970.

24. Cf., dentro da imensa literatura sobre o direito da guerra, a obra (estritamente descritiva e positivista) de ROUSSEAU, Charles. *Le droit des conflits armes*. Paris: Pédone, 1983.



A segunda, ao contrário, não respeita regras, porque ao menos um dos protagonistas não é reconhecido como inimigo. Seja porque ele não é militar (caso dos guerrilheiros, dos resistentes), seja porque ele não pertence a nenhuma unidade política legítima (caso dos insurgentes e revoltosos de todas as épocas, das grandes companhias medievais, dos piratas do mar...). A guerra irregular não reconhece limites, pois é lícito atacar o inimigo por todos os meios, sem estar obrigado por qualquer ética guerreira ou por qualquer norma jurídica.

A história militar é sobretudo interessada na guerra com regras que constitui, em qualquer situação, o estágio nobre da violência ao longo da história. Este enquadramento da guerra por regras políticas, éticas ou jurídicas se revelou relativamente eficaz, porque a guerra com regras ocasiona menos destruição e menos perdas humanas do que a violência anárquica, pelo menos até o advento da guerra total: ainda “*durante a Primeira Guerra Mundial, as perdas foram essencialmente militares; a partir da Segunda Guerra, majoritariamente civis*”<sup>25</sup> com um resultado implacável: 1914-1918: 8 a 10 milhões de mortos; 1939-1945: ao menos 35 milhões, talvez mais.

Aquilo não impediu a guerra irregular de ser uma dimensão constante da história. As insurreições, as guerrilhas são a resposta normal à ocupação, à conquista, à opressão. Elas se manifestam tanto a respeito dos estrangeiros quanto do interior, em caso de guerra civil, geralmente as mais terríveis de todas as guerras. Os militares não reservam nenhum espaço, e, geralmente, baixa estima, a esses combatentes irregulares que não têm, de forma frequente, nenhuma formação militar e que não têm conhecimento de regras estratégicas. *Os principais chefes desses bandos (espanhóis) que resistiram com tanta audácia aos Exércitos franceses eram um moleiro, um médico, um pastor, um padre, monges, alguns desertores, porém nenhum homem marcante antes desta época*”<sup>26</sup>. Não faltam portanto exemplos de antigas tropas, bem adestradas e enquadradas, maltratadas por esses guerreiros de ocasião, desconhecedores de regras. Napoleão pôde experimentar os efeitos da guerrilha na Espanha e na Rússia. Os críticos militares clássicos tentaram minimizar o desempenho dos guerrilheiros dentro de suas campanhas, alguns chegando até a reprovar esses guerrilheiros de terem perturbado as operações militares! O século XX encarregou-se de mostrar que combatentes irregulares poderiam vir a vencer exércitos regulares, como puderam experimentar sucessivamente os franceses na Indochina, os norte-americanos no Vietnã, os russos no Afeganistão.

Naturalmente, a dimensão estratégica na guerra irregular é mais fraca do que na guerra regular. Uma das características mais constantes das tropas irregulares é sua indisciplina, sua aversão em submeter-se a uma autoridade centralizada. De sorte que, frequentemente superiores sobre um plano tático graças aos seus conhecimentos do terreno, a sua forma intrépida de operar e ao seu fanatismo, os guerrilheiros são geralmente incapazes de explorar seus sucessos sob um plano estratégico, por incapacidade de conceber um plano conjunto. Os vendéens<sup>27</sup> partidários da realeza que combateram a Revolução Francesa na região oeste da França e os chouans<sup>28</sup> tal como os vendéens, insurgentes chefiados por Jean Choman como os afegãos<sup>29</sup> demonstraram esse tipo de comportamento. Frequentemente, as milícias ou as tribos recusa-

---

25. MEYER, Jean. *Le poids de l'état*, p. 248.

26. Jean-Frédéric-Auguste. Le mière de corvey, des partisans et des corps irréguliers. In: CHALIAND, Gérard. *Anthologie mondiale de la stratégie*, 1823. p. 804.

27. Cf. BOISROUVRAY, Xavier du. Comment combattaient lès vendéens. *Bulletin de la Société archéologique et historique de Nantes et de Loire-Atlantique*, 1981 et PESCHOT, Bernard. *Le triomphe de la vendée militaire: histoire et défense*. Les cahiers de Montpellier, 27, 1993-1.

28. Cf. PESCHOT, Bernard. *La chouannerie em anjou*. Montpellier: Centre d'histoire militaire, 2000.

29. Cf. CHALIAND, Gerard. *Rapport sur la résistance afghane*. Paris: Berger-Levrault, Stratégies, 1981.

vam perseguir o adversário desde que este deixasse o território delas. Somente no século XX a guerra irregular teve um comportamento sistemático e centralizado, quando ela se tornou a guerra revolucionária, isto é, quando os revoltosos cederam lugar aos militantes animados por uma ideologia consciente e dirigidos por um sistema estruturado, capaz de lhes assegurar resultados a longo prazo e de exigir deles um engajamento total.

Por enquanto, seria errado pretender-se que a guerra irregular não traria nada à estratégia propriamente dita. De uma parte, não faltam exemplos de combatentes irregulares que obtiveram sucesso quando submeteram suas divisões e uniram-se sob a autoridade de um chefe supremo capaz de conceber planos em grande escala: Vercingétorix, Arminius... fizeram esta demonstração, com sucessos diversos. De outra parte, a guerra com regras e a guerra irregular não são necessariamente gêneros distintos e numerosos chefes militares recorreram simultaneamente a essas duas modalidades. Ao lado da **grande guerra**, eles praticaram uma **pequena guerra** à base de emboscadas, de escaramuças e de golpes. Du Guesclin é o melhor exemplo da Idade Média. A ética cavaleiresca não o impediu de desenvolver “*uma guerra guerreando*” que levou os ingleses ao isolamento em suas posições e também ao golpe no seu reabastecimento. Na época moderna, um bom número de grandes chefes fez suas aprendizagens da guerra em grupos de guerrilheiros, Luxembourg e Villars, entre outros. O século XVIII, considerado como o apogeu da guerra no original, “clan telles”, trajes usados pelos nobres nas atividades sociais, (forma perfeita para guerra regulada), conhece uma intensa atividade de guerrilheiros, teorizada por numerosos autores (supra nº 134). No século XIX ainda, apesar da suspeita que se relaciona a uma prática julgada subversiva, os guerrilheiros ficaram conhecidos, não somente pelos movimentos de libertação nacional ou mesmo das de guerras civis (carlistas), mas também nas guerras regulares: Guerra dos Ducados dinamarqueses em 1864, Guerra Franco-Alemã de 1870-1871 após os desastres de Metz e de Sedan<sup>30</sup>.

Essa pequena guerra, que será chamada, cada vez mais, de guerrilha, após a Guerra da Espanha, é um componente da grande guerra. Ela se distingue da guerra dos “*partisans*”. A pequena guerra cobre todas as operações secundárias da guerra na qual “se propõe a causar dano ao inimigo, sem todavia vir ao um combate decisivo”. Ao contrário, o objeto da segunda é

de bater o inimigo sobre os pontos em que ele não pode ter massas consideráveis, de mantê-lo em alerta, de inquietá-lo, cortar o abastecimento de seus víveres e sem se expor a grandes perigos. Na pequena guerra, tudo pode ser regular; na guerra de guerrilha tudo é irregular. As operações da primeira são necessariamente ligadas às operações principais da guerra; as da segunda são inteiramente independentes<sup>31</sup>.

Uma história militar demais centrada em batalhas, pontos culminantes das campanhas, sobretudo quando elas tiveram efeitos decisivos, teve como tendência valorizar esta dimensão da estratégia. Ela teve, entretanto, muitas vezes uma posição importante, por vezes mesmo decisiva. Seu papel cresceu ainda mais quando o crescimento dos efetivos dos exércitos tornou cada vez mais crucial o problema das comunicações, das tropas muito numerosas e pesadamente equipadas, não podendo mais viver às custas do país, no caso de estarem isoladas das suas bases. A diversidade da estratégia repousa inicialmente nesta distinção, que não é mais somente imposta pela lembrança de eventos recentes, mas por uma leitura global e crítica da história militar.

30. WIDDEM, G. Cardinal von. *La petite guerre et le service des étapes*. Paris: Lavauzelle, s.d. cap. II.

31. DECKER, Carl von. *La petite guerre*. In: CHALIAND, Gérard. *Anthologie mondiale de la stratégie*, p. 813-814.

## 198 – Estratégia de guerra total, estratégia de conflito limitado

Se a guerra é a continuação da política por outros meios, como afirmou Clausewitz, ela deve inicialmente ser concebida em função de seu fim. Clausewitz toma cuidado ao fazer uma distinção entre Zweck e Ziel, entre o fim político e o objetivo militar. Seu discípulo Corbett introduzira na língua inglesa a distinção entre o **objeto (político)** e o **objetivo (militar)**. Uma distinção fundamental vai então opor as guerras com objetivo ilimitado, que à época contemporânea são chamadas de guerras totais, perante as guerras com objetivo limitado. Essa distinção foi formulada, em termos muito próximos, senão idênticos, por Jomini e por Clausewitz.

O primeiro, taxonomista incorrigível, multiplica as tipologias entre as quais ele guarda uma em função do objeto da guerra.

Elas são de duas espécies, uma pode ser chamada de geográfica ou territorial... enquanto que a outra, ao contrário, consiste exclusivamente da destruição ou da desorganização das forças inimigas, sem se preocupar com pontos geográficos de qualquer sorte<sup>32</sup>.

O segundo, na advertência de 1827, colocada pela viúva no prefácio de *Vom Kriege*, que ele não teve tempo de explicitar, propõe-se a refazer o conjunto de seu tratado para distinguir nitidamente duas formas de guerra.

Esses dois tipos de guerra são os seguintes: um tem por finalidade abater o adversário, seja por seu aniquilamento político, seja para apenas desarmá-lo, obrigando-o a aceitar a paz a qualquer preço; no outro tipo, é suficiente algumas conquistas nas fronteiras do país, seja para mantê-las, seja para que sirvam como moeda de troca no momento em que for celebrada a paz<sup>33</sup>.

Essa distinção é comandada pelos propósitos da guerra, mas ela tem consequências sobre a condução da guerra. Jomini retoma um exemplo particularmente característico da Guerra dos Sete Anos, no qual o objetivo de Frederico II não é destruir o império austríaco, mas somente de se assegurar da posse da Silésia:

Numa guerra similar, as operações ofensivas deveriam permanecer ligadas aos objetivos desejados. O primeiro movimento é naturalmente de ocupar as províncias em litígio. Mais tarde, pode-se passar a ofensiva segundo as circunstâncias e usar a sua superioridade relativa para obter a cessão desejada, ameaçando o inimigo na terra dele<sup>34</sup>.

Esta distinção engendrou controversias sem fim, pois a noção de guerra limitada é difícil de entender. **Limitada em relação ao quê?** Existe verdadeiramente uma natureza de guerra limitada que a distinguiria de uma guerra ilimitada ou total? Sobre um plano teórico, a confusão é extrema: confunde-se guerra ilimitada e guerra absoluta, esquecendo-se que esta última é apenas um conceito abstrato; guerra ilimitada e guerra total, colocando-se implicitamente a radical novidade da última e trazendo-se para nossa época, enquanto a Guerra dos Trinta Anos é, sob vários aspectos, uma guerra total<sup>35</sup>. Se o espírito percebe espontaneamente o interesse e a justificativa de uma tal distinção, é, ao contrário, muito difícil dar-lhe uma definição rigorosa.

---

32. JOMINI, Henri-Antoine . *Précis de l'art de la guerre*, p. 366.

33. CLAUSEWITZ, Carl von . *De la guerre*, p42.

34. JOMINI, Henri-Antoine. *Précis de l'art de la guerre*, p. 366. Repris par Corbett. *Principes de stratégie maritime*, p. 56.

35. CORVISIER, André. *Modernité de la guerre de Trente Ans*: dans destins et enjeux du XVIIe siècle. Paris: Presses universitaires de France, 1985.

Múltiplas tentativas têm sido feitas, sem que nenhuma seja realmente satisfatória. O autor britânico Ian Clarke sugere então que: ***“as guerras limitadas podem ser de diferentes maneiras. Elas podem ser pelos objetivos pesquisados, a amplitude geográfica do conflito, as armas empregadas e, finalmente, os objetivos contra os quais a ação é dirigida”***<sup>36</sup>. O problema de uma tal abordagem é que ela volta a incluir dentro das categorias de conflitos limitados todas as guerras que não se caracterizam por uma ascensão aos extremos, com o risco de cair no anacronismo. A guerra total aparenta ser uma invenção do nosso século e apresenta-se com muito gosto hoje a **guerra regulada do século XVIII como uma guerra limitada**. É difícil de se engajar nesse caminho. A Guerra dos Sete Anos, por exemplo, não foi nenhuma guerra limitada. A Prússia jogava aí sua sobrevivência e o Império da Áustria dedicou aí todas as suas forças. Ela só pode ser qualificada de guerra limitada em relação às guerras do século XX, e essa comparação fica sem sentido. Uma guerra deve ser qualificada de limitada por si mesma e não em relação a um modelo absoluto, puramente teórico.

Sir. James Cable propõe **um outro critério**: *“A guerra é limitada aos olhos de um governo quando ele é capaz de visualizar conseqüências piores de que a impossibilidade de vencer. Uma paz de compromisso, por exemplo, uma saída pouco convincente do conflito e mesmo a aceitação de uma derrota a respeito dos termos negociados podem ser consideradas como mais aceitáveis do que a extensão da zona dos combates, particularmente no território metropolitano, melhores que a intervenção armada de terceiros Estados, melhores do que as diversas formas de escalada...”*<sup>37</sup>. Mas, com um tal critério, nós somos ainda enviados ao modelo alternativo da luta até a morte, da guerra total. Porém, o desafio não é necessariamente o mesmo para os dois campos. O que é limitado para um não é necessariamente para o outro. Corbett dava como exemplo de guerra limitada, a guerra russo-japonesa de 1904-1905: *“O interesse que demonstrava um dos beligerantes para o objetivo era tão limitado que o conduziu a abandonar a guerra bem antes que a sua força total como nação armada estivesse esgotada ou mesmo movimentada”*<sup>38</sup>. Porém, aquela análise só é verdadeira do ponto de vista russo. Para o Japão, o desafio era o seu posicionamento no Extremo Oriente e ele engajou todas as suas forças militares, ao preço de um esforço financeiro que o levou às portas da bancarrota. Da mesma forma, a **Guerra do Vietnã** foi talvez uma guerra limitada para os Estados Unidos; ela foi uma guerra total para os vietnamitas, durante três decênios. Identificar a guerra limitada em um conflito periférico, cujo desafio não é vital, é uma solução de facilidade.

Talvez a abordagem mais pertinente seja aquela de Raymond Aron, para quem *“as guerras limitadas se ganham ou se perdem no interior dos conjuntos (teatro de operações, natureza das armas, volume de recursos, recursos ou perseverança dos povos) que os estrategistas não podem aumentar à vontade... O estrategista não deve alimentar a ilusão de que possa subir à vontade os degraus da violência e que a superioridade, em um degrau mais elevado, garante sua vitória no nível onde se desenvolve de fato um conflito determinado”*<sup>39</sup>. O problema deste critério é ser, sobretudo, operativo para a época contemporânea, com uma hierarquia de níveis de guerra que não é tão evidente para os períodos anteriores. Porém, aí ainda, trata-se de uma falsa evidência. A **doutrina de guerra limitada na era nuclear suscitou uma montanha literária**<sup>40</sup>, o que colocou em xeque, não somente prático, devido à impossibilidade de definir

36. CLARKE, Ian. *Waging war: philosophical introduction*. Oxford: Clarendon Press, 1988. p. 5859.

37. CABLE, James, Sir. De la guerre limité. *Stratégique*, 54, 1992-2, p.18.

38. CORBETT, Julian S. *Principes de stratégie maritime*, p.55.

39. ARON, Raymond. Remarques sur l'évolution de la pensée stratégique (1945-1968). In: \_\_\_\_\_. *Études politiques*. Paris: Gallimard, 1972. p. 548.

40. Boa síntese em ACKERMAN, Nordal. On the doctrine of limited war. Lund: Lund University Press, 1979.

uma doutrina aceitável de guerra limitada, mas também o conceito: não foi possível entender-se sobre o próprio objeto da discussão.

Todas essas **ambiguidades** conduziram a abandonar a distinção em proveito daquela, bastante mais sugestiva, entre estratégia de aniquilamento e estratégia de desgaste, com a qual ela não se confunde portanto. A guerra limitada é hoje recusada pela maioria dos estrategistas que repugnam em retomar um debate tão confuso, não porque os termos foram mal expostos, mas do fato do seu próprio objeto, que reenviam constantemente aos últimos fins do conflito: dito de um outro modo, que lembra, conforme a preocupação de Clausewitz, a supremacia da política para os estrategistas que queriam lhe substituir por uma pura racionalidade do emprego de meios.

## 199 – Estratégia de aniquilação, estratégia de desgaste

A distinção entre a guerra ilimitada e a guerra limitada não foi compreendida até que o historiador Hans Delbrück, nos anos 1880, mencionou, a partir de um texto inédito de Clausewitz que ele publicou em 1878, e de uma reavaliação da estratégia de Frederico II. Ela refuta a idéia, então comum, do grande rei precursor de Napoleão e de Moltke a caminho da guerra total. As condições políticas e sociais do momento, como a relação de forças com a Áustria, incitavam-no a não procurar a batalha decisiva<sup>41</sup>. Desenvolvendo esta análise, Delbrück ultrapassa a questão dos fins da guerra para se **dedicar à questão da sua condução**. Assim, pode distinguir **estratégia de aniquilação** (*Niederwerfungsstrategie*) e **estratégia de desgaste** (*Ermattungsstrategie*). A primeira é aquela de Napoleão, enquanto que a segunda seria a de Frederico II, incapaz de aplicar um golpe decisivo por causa da fraqueza de seus meios e logo condenado a fatigar seu adversário por uma série de golpes parciais. Contrariamente ao que sugerirão mais tarde seus críticos, a estratégia da desgaste não exclui necessariamente a batalha. Delbrück precisa que “a *Niederwerfungsstrategie* só tem um pólo, a batalha, enquanto que a *Ermattungsstrategie* possui dois pólos, a **batalha e a manobra**, entre as quais evoluem as decisões do general”<sup>42</sup>. Ele estabeleceu uma genealogia dessas duas formas fundamentais: a primeira foi praticada por Alexandre, César e Napoleão; a segunda por Péricles, Bélisaire, Wallenstein, Gustavo Adolfo e Frederico, o Grande.

Essa “querela dos estrategistas” (*Strategie Streit*) se apagou com os seus protagonistas. Sobre um plano histórico, a questão é resolvida: Delbrück estava errado em querer opor categoricamente a estratégia de Frederico II àquela de Napoleão e estabelecer uma genealogia dessas duas formas, sugerindo que os grandes generais se colocassem em uma ou outra filiação; conforme ressaltou o historiador Otto Hinze desde 1920<sup>43</sup>, a distinção não é tão definida e certos grandes generais realizaram as duas formas segundo as circunstâncias. De acordo com o plano teórico, a questão proposta por Delbrück permanece como de grande importância. O problema se situa em quatro planos pelo menos.

1. Esta distinção cobre as duas formas de guerra? Embora a precedente partisse dos fins da guerra, ela está relacionada à sua condução. Claro que as duas estão ligadas. A guerra total se traduz normalmente pelo desenvolvimento de uma estratégia de aniquilação, a guerra limitada por uma estratégia de desgaste. Porém a estratégia não depende somente dos fins, ela é igualmente condicionada pelos meios. Pode-se conceber uma guerra total que desenvolva uma estra-

41. BUCHOLZ, Arden. *Hans Delbrück and german military establishment*. Iowa City: University of Iowa Press, 1985, passim.

42. Citado em CRAIG, Gordon A. *Delbrück: l'historien militaire*. In: EARLE, Edward Mead. *Les maîtres de la stratégie, I*, p. 308.

43. Cf. CRAIG, Gordon A. *Delbrück: l'historien militaire*, p. 343.

tégia de desgaste por falta de dispor de meios de uma estratégia de aniquilação; a época contemporânea oferece um exemplo esclarecedor, com a guerra revolucionária teorizada e conduzida por Mao Tse-Tung. Em sentido inverso, pode-se conceber uma guerra com os fins limitados que se esforça para assegurá-los pela destruição rápida das forças vivas do adversário: é, segundo Victor Hanson, o significado paradoxal da batalha na Grécia clássica, na qual “*as batalhas dos hoplitas gregos foram lutas entre pequenos proprietários fundiários, que, de comum acordo, procuravam limitar a guerra, e, portanto, estavam prontos para a matança num enfrentamento único, rápido e pavoroso*”<sup>44</sup>; em um outro contexto, a estratégia marítima britânica recorreu muitas vezes ao mesmo procedimento (o bombardeamento de Copenhague, em 1807, é característico).

A estratégia de desgaste pode também ser a continuação de uma estratégia de aniquilação que não teve sucesso. As ofensivas lançadas por Joffre em 1915 em Artois em Champagne, e por Flakenhayn, em 1916, em Verdun, tiveram como objetivo a penetração e logo a destruição do exército inimigo. É apenas em seguida do seu fracasso que os seus promotores elaboraram uma lógica de desgaste no estilo “*eu os belisco*”, fórmula famosa de Joffre, ou “*sangrar o Exército francês*”, tese de Falkenhayn, em seu relato ao kaiser, datado do natal de 1915, e que, na verdade, foi redigido logo depois para dissimular o fracasso<sup>45</sup>. O problema, em caso semelhante, é que o desgaste do inimigo se acompanha geralmente da sua própria, pelo menos equivalente. Porém há também casos nos quais uma derrota pode resultar em um desgaste excessivo, enquanto a busca da aniquilação não aconteceu. Durante as guerras anglo-holandesas do século XVII, as Esquadras holandesas de Tromp e de Ruyter não foram destruídas nas batalhas organizadas, porém o esforço obstinado pelas Províncias Unidas chegou a seu abatimento definitivo<sup>46</sup>.

2. Esta distinção é puramente empírica, como pensava Delbrück, ou, ao contrário, se encontra sobre um plano conceitual, como afirmava Clausewitz no final da sua reflexão? Este tinha acabado de admitir que o modelo napoleônico, que havia presidido ao seu conceito de guerra absoluta, e não podia dar conta de todos os tipos de guerra. O reconhecimento de um segundo tipo de guerra o havia conduzido, como bem sublinhou Herbert Rosinski, ao desdobramento da teoria puramente militar para integrar a guerra em uma verdadeira teoria política<sup>47</sup>. Na era nuclear, essa questão de teoria pura tem implicações práticas importantes. Porque se a distinção é apenas empírica, ela pode ser ligada às situações históricas existentes enquanto que, se ela é ligada à essência própria da estratégia, ela deve encontrar uma aplicação universal, quaisquer que sejam os instrumentos disponíveis. Os cenários de guerra nuclear limitada não seriam, dentro deste conceito, um delírio lógico de expertos desligados da realidade.

3. Esta distinção é aplicável indiferentemente às estratégias convencionais e alternativas ou ela é limitada a uma estratégia única convencional? Normalmente, as estratégias alternativas são, por princípio, estratégias de desgaste, porque elas repousam na vontade de recusar o enfrentamento em linha. Porém, poderia ser concebida uma estratégia alternativa visando à destruição do inimigo, por exemplo pela insurreição generalizada, ainda que não se possa citar a exemplo comprovando o sucesso assim obtido. Os partidários do Vercors ou os insurgentes de Varsóvia confirmaram que os irregulares não podiam resistir ao choque frontal de exércitos regulares. O contra-exemplo do sucesso de Mao na guerra civil chinesa não pode ser invocado porque, de uma parte, o exército nacionalista de Chiang Kai Chek se desintegrou mais do que foi vencido, ele não sofreu em uma batalha de aniquilação, por outro lado, a fase final da

44. HANSON, Victor. *Le Modèle occidental de la guerre*, p. 27.

45. KRUMEICH, Gerd. *Saigner la France? mythes et réalité de la stratégie allemande de la bataille de Verdun*. In: GUERRES mondiales et conflits contemporains, 1996.

46. KENNEDY, Paul M. *The rise and fall of british naval mastery*. Londres: Macmillan, 1976.

47. ROSINSKI, Herbert. *Scharnhorst to schlieffen*, p. 92.



guerra civil chinesa não se relevava mais como uma estratégia alternativa, havia dois exércitos (quase) regulares que se enfrentavam.

4. Esta distinção é adaptável ao plano operativo? O Contra-Almirante Wylie sistematizou dois modos operativos, que propôs chamar de **sequencial** e **cumulativo**<sup>48</sup>. No primeiro, característico da estratégia de aniquilamento, uma ação deve chegar a um resultado lógico e cada uma depende da ação precedente: é só quando o primeiro objetivo é atingido que pode-se passar ao seguinte (é preciso penetrar a primeira linha de defesa antes de se atacar a segunda); no segundo, característico da estratégia de desgaste, o resultado é obtido por uma massa de pequenas ações independentes uma das outras, como na guerra ao comércio marítimo ou no bombardeio estratégico. A distinção, muito clara em teoria, confunde-se um pouco na prática.

Apesar de todas as controvérsias, parece possível dizer que a distinção entre a aniquilação-desgaste é mais pertinente hoje, com a encarnação da aniquilação pela bomba atômica, do que quando ela foi esboçada por Clausewitz e desenvolvida, em diversos sentidos, por Delbrück e Corbett. A Marinha dos EUA tentou recentemente ultrapassá-la, substituindo-a por uma distinção de *atrição*<sup>49</sup> e *manobra*<sup>50</sup>. Porém, os dois termos não se situam sobre o mesmo plano. A manobra é só um meio em vista de um fim militar que pode ser a atrição ou a aniquilação. **A manobra não é antítese da atrição**, ela é muitas vezes a condição para a atrição. A eliminação da aniquilação, favorecida pelo moralismo subjacente ao pensamento norte-americano, põe problemas insolúveis: como sustentar que uma ação nuclear dependa da atrição ou da manobra, embora seja sua lógica claramente aquela da aniquilação? Sobre tudo, ela resulta de um contra-senso sobre a natureza mesma da aniquilação<sup>51</sup> (inglês: *anhilation*), que se assimila rápido com a exterminação, enquanto Clausewitz sublinha bem que o objetivo de uma tal estratégia é de destruir seja as forças do inimigo seja sua vontade de resistência, o que abre um largo campo de opções. Como diz Raymond Aron: “*Nem a aniquilação, nem a destruição implicam o massacre dos soldados. Essas duas palavras abstratas sugerem que as forças inimigas se tornam incapazes de continuar a luta.*”<sup>52</sup> A estratégia de aniquilação deve simplesmente ser entendida como aquela que procura a neutralização do inimigo pelos meios mais rápidos, quer dizer pelo engajamento maciço e imediato, enquanto a estratégia de desgaste recorre a engajamentos seletivos e escalonados.

## 200 – Estratégia de destruição, estratégia de interdição

Opostas em suas finalidades, a estratégia de aniquilamento e a estratégia de desgaste não estão necessariamente opostas em seus procedimentos. Se a primeira procura a destruição do inimigo em sua totalidade pela exterminação sistemática, como já a praticavam os assírios ou os mongóis, a deportação, ou a purificação étnica (versão “suave” da exterminação) ou visando suas forças organizadas, a segunda, a mais frequente, não procede diferentemente. Simplesmente, ela sabe que não pode obter uma destruição total, de um só golpe, por uma ação decisiva. Ela vai então buscar o enfraquecimento gradual do

48. WYLIE, J.C. Reflections on the war in the Pacific. *U.S. Naval Institut Proceedings*, avril, 1952.

49. Hoje se fala de estratégia de atrito mais do que estratégia de usura. Este método foi importado dos EUA, mas estes tinham emprestado o conceito originário da física (o atrito é a usura provocada pela fricção de dois corpos) em escritores militares franceses do início do século, Camon e Colin notadamente. Parece preferível definir o atrito como uma forma particular de usura.

50. Naval Doctrine Command. *Naval Warfare* 1.

51. A denominação “estratégia de separação” poderia, talvez, evitar tal contra-senso.

52. ARON, Raymond. *Penser la guerre*. Clausewitz, tome II, p.11.



inimigo pela acumulação de resultados parciais, tanto ofensivos (as ofensivas com objetivo limitado como aquelas do General Petain em Verdun e no Chemin-des-Dames em 1917) quanto defensivos (a defesa finlandesa conduzida pelo Marechal Mannerhein em 1939-1940 pode servir de exemplo). Trata-se de uma estratégia de destruição, porém de baixa intensidade, caso seja possível dizer isso. Nessa forma clássica, que pode se chamar de atrição, o desgaste é mecânico, como resultado de uma estratégia de destruição progressiva.

Porém, é uma outra forma de desgaste, baseada não na destruição, mas na imobilização do inimigo. O objetivo é tirar-lhe sua capacidade de ação, pela imobilização de suas forças ou pela neutralização de seus centros vitais. O inimigo não é destruído, mas incapaz de agir. Dentro desta forma particular que pode ser chamada paralisia, o desgaste é dinâmica, resultante de uma estratégia de interdição.

Até o século XX, tal estratégia era sobretudo desenvolvida no mar, com o bloqueio da força organizada que interdita aquela de aceder ao teatro de operações (infra nº 307). A esquadra menos poderosa, que não pode enfrentar a batalha, permanece presa em seus portos, como aconteceu com a Esquadra francesa do Império após a Batalha de Trafalgar, ou a Esquadra alemã de alto-mar após 1916; ela não é destruída, mas na prática, seu valor efetivo decresce rapidamente por causa de sua inatividade. Em terra, tal estratégia pôde ser observada na época moderna, no tempo das manobras inteligentes do Antigo Regime. Porém, ela não podia tão facilmente fazer a economia da batalha, a passagem para uma estratégia de destruição era freqüente. A estratégia de interdição era apenas o modo normal das estratégias alternativas, pequena guerra (guerrilha) ou insurreição. Mas, se elas perturbaram freqüentemente as operações militares, elas raramente paralisaram em grande escala, mesmo na Espanha (1808-1814) onde o peso essencial da luta contra os franceses foi incumbido ao corpo expedicionário de Wellington. Foi necessário esperar a emergência de um novo meio, o avião, que eliminou a distinção entre o teatro de operações e a retaguarda das tropas, como a nova dimensão da guerrilha que se tornou conhecida como guerra revolucionária, para que a paralisia estratégica se tornasse uma realidade.

As potências do Eixo tiveram a mesma experiência durante os últimos meses da Segunda Guerra Mundial. Após o fracasso dos bombardeios de terror contra as cidades e contra os centros industriais, as aviações aliadas concentraram seus ataques contra as comunicações ferroviárias e terrestres, e chegaram, às vésperas da rendição a bloquear quase totalmente o sistema de transporte alemão. Contra o Japão, a paralisia foi obtida tanto por meio dos bombardeios aéreos quanto pelo bloqueio naval que interditou todas as comunicações entre a metrópole insular e o continente, de onde proviam todas as matérias-primas. Esses fatos não foram suficientemente reconhecidos porque eles intervieram muito tardiamente e foram eclipsados pelas últimas operações militares. A demonstração indiscutível só apareceu muito mais tarde, durante a Guerra do Golfo, em 1991: ao ser utilizado sistematicamente nos centros de comando e pelos meios de transmissão e de comunicações, a Força Aérea norte-americana conseguiu aniquilar as forças iraquianas que se tornaram incapazes de combater. Portanto, elas não foram destruídas; após o fim da hostilidade, verificou-se que uma grande parte das forças iraquianas, em especial as tropas de elite da guarda presidencial, estavam intactas, e isso permitiu ao regime no poder evitar que a derrocada militar levasse consigo o desabamento político.

A paralisia estratégica pôde igualmente ser obtida pela guerra revolucionária: o melhor exemplo permanece sendo a ofensiva dos comunistas de Mao Tsé-Tung contra as forças nacionalistas, muito superiores em número, de Chiang Kaï Chek. As forças sul-vietnamitas foram submetidas à mesma sorte quando da batalha final da Guerra do Vietnã em 1975. Deve-se, todavia, notar que, em todos esses casos, a paralisia estratégica só pôde ser obtida em função de um teatro de operações muito favorável à ofensiva (o deserto no caso iraquiano) ou contra um adversário desmoralizado, do qual a decomposição interna já era bastante

avançada. A paralisia estratégica constitui uma modalidade interessante, porque há menos destruição do que no aniquilamento e mais rápida de ser obtida do que a atrição, porém não é certo que ela possa ser facilmente obtida. A paralisia estratégica permanece um acontecimento marginal, realizável por aquele que dispõe de uma indiscutível superioridade, material ou moral.

## 201 – Estratégia direta, estratégia indireta

A estratégia direta é aquela que opera (do forte para o forte) tendo em vista a destruição ou neutralização do inimigo, de forma mais completa possível, sendo empregada mais rapidamente. A estratégia indireta é aquela que opera tanto a partir do forte para o fraco quanto do fraco para o forte, para, no primeiro caso, desequilibrar ou enfraquecer o inimigo antes de dar-lhe um golpe decisivo e, no segundo caso, persistir e fatigar o adversário.

O estrategista britânico Basil Liddell Hart desenvolveu a teoria da aproximação indireta e a ergueu como modelo superior. Pelo estudo histórico de 30 guerras e 280 campanhas, desde a Antiguidade até 1914, ele concluiu que somente em seis campanhas, “*um resultado decisivo foi obtido pela seqüência de um plano estratégico baseado na aproximação direta do principal exército adversário sendo eles Issus, Gaugamêla, Friedland, Wagram, Sadowa e Sedam*”<sup>53</sup>. Duas campanhas de Alexandre, duas de Napoleão e duas de Moltke, o Velho.

O balanço é eloqüente. Porém para ser obtido, Liddell Hart foi obrigado a apresentar uma definição de aproximação indireta a partir de uma pobreza teórica notável: “*esta aproximação indireta (assegura o atacante) é empregada contra um adversário surpreendido e não preparado para enfrentá-la*”<sup>54</sup>. Desta forma, todo o plano consentido só seria um embrião de uma manobra erguida de uma estratégia indireta. Não se pode aceitar uma distinção tão grosseira fundamentada apenas sobre uma interpretação totalmente unilateral da história.

É necessária uma boa segurança para dizer que em quase todas (as batalhas decisivas) o vencedor pode submeter seu adversário a uma situação de inferioridade psicológica antes de começar um combate. Foi assim em Maratana, Salamina, Egos-Potamos, Mantinéa, Quemaréia, Gaugamêla (por meio da grande estratégia) Hydaspe, Issus, Trasimèno, Cannas, Métaure, Zama, Tricaméron, Taginae, Hastings, Preston, Dumbar, Worcester, Blenheim, Audenarde, Denain, Québec, Fleurus, Rivoli, Austerlitz, Iéna, Vicksburg, Sadowa, Sedan<sup>55</sup>. O que sabemos do estado de espírito dos persas antes da Batalha de Maratana? Em Cannas, não foi o excesso de confiança do comando que fez com que os romanos perdessem a batalha? Em Denain, os franceses não tinham certamente a superioridade estratégica... O dogmatismo do autor só tem igual na fragilidade das bases de sua demonstração.

A distinção é apenas interessante se esses dois termos têm um sentido e se eles são homogêneos, quer dizer se eles se situam no mesmo nível. Falar de estratégia indireta para as campanhas napoleônicas de 1805 e 1806 significa privá-las de sentido, pois a destruição da força principal do inimigo foi sempre visada. Dever-se-ia dizer antes de tudo que a estratégia direta e a estratégia indireta são modalidades definidas pelos objetivos militares, em outras, o aniquilamento ou a atrição. É essa abordagem que é adotada pelo General Gambiez e pelo Coronel Suire:

---

53. HART, Liddell. *Histoire mondiale de la stratégie*, p. 169.

54. Ibid., p. 6.

55. Ibid., p. 171-172.

O estilo direto implica na redução das forças inimigas, por meio da batalha que se busca e que se baseia sobre a potência da ação... O estilo indireto visa a submeter o adversário a um estado de inferioridade pelas ações preliminares que o reduzam moralmente e materialmente antes de acabá-lo pela rendição ou pela batalha<sup>56</sup>.

A estratégia de aniquilamento é, por essência, uma estratégia direta, pois seu objetivo é a destruição do inimigo dentro de suas forças vivas. A estratégia de desgaste, ao contrário, pode ser direta ou indireta: direta, quando ela ataca a força principal do inimigo, que ela vai enfraquecer por meio de golpes sucessivos; indireta, quando é empregada contra as forças secundárias ou em teatros periféricos.

O arquétipo da estratégia direta é ofensiva, de forma aberta, que não exclui no nível operativo a manobra sobre a retaguarda inimiga ou desbordamento, como efetuado pela ofensiva alemã contra a França em 1914; ela pode também ser desenvolvida pelo defensor que aceita a prova de força no campo escolhido pelo atacante, como os franceses fizeram em Verdun em 1916, ou os soviéticos em Moscou, em 1914 e Stalingrado, em 1942. Com relação à estratégia indireta, a manobra de diversão nos teatros de operação ou nos setores periféricos, destinada a fixar o adversário para impedi-lo de concentrar suas forças, possui um objetivo defensivo (exemplo da ofensiva soviética ao sul de Ladoga, no verão de 1942, que impediu o Marechal von Manstein de lançar o ataque previsto contra Leningrado). Quanto à ofensiva (para manter o segredo da ofensiva principal), e à defesa elástica, elas se apoiam sobre a profundidade para não permitir ao atacante o emprego de força pretendia (estratégia colocada em prática pelos russos em 1812 até a Batalha de Borodino, e na primavera de 1942, com o recuo na retaguarda de Don que impediu os alemães de reapplicarem as grandes batalhas de envolvimento em 1941).

Como regra geral, a estratégia indireta é aquela realizada pelo mais fraco em face do mais forte, porém ela pode também ser utilizada pelo mais forte nos ataques iniciais ao mais fraco: um exemplo recente é a estratégia soviética empregada no terceiro mundo no decorrer dos decênios de 1970-80, a expansão territorial ou ideológica sendo a partir de então impossível haver acesso às zonas de influência por meio de dissuasão.

## SEÇÃO III – ESTRATÉGIA OFENSIVA, ESTRATÉGIA DEFENSIVA

### 202 – A polaridade ofensiva - defensiva

Dentro da dialética das vontades que caracteriza a estratégia, existe aquele que ataca e também aquele que se defende. O primeiro pretende impor sua vontade numa **estratégia ofensiva**, o segundo pretende impedir a outra de lhe impor sua vontade pelo emprego de uma **estratégia defensiva**. A ofensiva proporciona àquele que a utiliza diversas vantagens, e notadamente a **superioridade moral**, porque o atacante impõe sua vontade ao defensor, e a **liberdade de ação** lhe é proporcionada porque,

em ações ofensivas pode-se efetuar um planejamento e executá-lo com muita coerência; em ações defensivas, pode-se realizar da mesma forma um planejamento que é dessa vez relativo, porém é menos seguro de poder-se executá-lo porque os eventos, mesmo incertos na ofensiva, são ainda mais quando não se dispõe da força à mão e se está, por assim dizer, obrigado a agir só em relação aos projetos e aos movimentos do inimigo<sup>57</sup>.

---

56. GAMBIEZ, F.; SUIRE, M. *L'épée de Damoclès*, p.34.

57. Turpin de Crissé, *Commentaires sur les Mémoires de Montecucculi*, t. I, p. 361.

Chega-se assim à conclusão paradoxal para o ignorante, mas porém unanimemente admitida pelos estrategistas, que a melhor defesa é aquela que é animada do espírito mais fortemente ofensivo e que “o contra-ataque é o ânimo principal da ação defensiva”<sup>58</sup>. Todos os autores concordam em condenar a ação defensiva “passiva”, que se limita a receber os golpes sem devolvê-los, pois ela persegue só um objetivo negativo, aquele de obrigar o atacante a renunciar às suas ações.

Esta proposição é, sem nenhuma dúvida, correta. Porém não deve ser esquecido que a vitória passa inicialmente pela sobrevivência. “*Antes de destruir seu inimigo, é importante não ser destruído por ele*”<sup>59</sup>. Napoleão já mencionou:

Você deve partir de uma ordem defensiva tão temível que o inimigo não ouse atacá-lo... e ser totalmente ofensivo contra o inimigo... É isso a arte da guerra. Você verá muitos que lutam bem e nenhum que conheça a aplicação deste princípio... Toda a arte da guerra consiste numa ação defensiva bem raciocinada, extremamente circumspecta, e numa ação ofensiva audaciosa e rápida<sup>60</sup>.

Além disso, se a ofensiva procura a superioridade moral, ela pressupõe utilizar uma certa superioridade material. Montecucculi já o dizia, para desenvolver uma guerra ofensiva:

É preciso ter o domínio da campanha e ser mais forte que o inimigo, seja pelo número de tropas empregadas ou pela qualidade dessas tropas<sup>61</sup>. Ora a descrição das forças não é somente uma questão de vontade, ela é também, e sobretudo função dos meios.

Todo conflito é, por sua vez, ataque e defesa sem que se possa os dissociar: “*A guerra defensiva não exclui o ataque, da mesma forma que a guerra ofensiva não exclui a defesa, ainda que seu objetivo seja de forçar a fronteira e invadir o país inimigo*”<sup>62</sup>. Mesmo quando os dois protagonistas estão animados por uma idêntica vontade ofensiva, a fortuna das armas acaba por obrigar um dos dois a uma postura defensiva.

A ofensiva pode tornar-se defensiva pela perda de uma batalha, de um acontecimento decisivo, de um grande comboio, de depósitos logísticos, de um grupo de artilharia, de uma base importante ou também de doenças epidêmicas, por grandes deserções, pelo abandono de um aliado, por ordem do soberano, ou por qualquer outra razão: mesmo assim, a guerra defensiva pode vir a tornar-se ofensiva pela adversidade de todos esses eventos citados<sup>63</sup>.

Aquele que ataca não pode, salvo algumas exceções, fazer-se presente em toda parte, ele está condenado à ação defensiva onde não desenvolve seu esforço principal. Em sentido inverso, aquele que se defende pode recorrer à ofensiva tática (supra nº 60), condenando seu inimigo a uma defensiva local e temporária. Segundo Jomini, que concluiu sobre a superioridade ofensiva:

algumas vantagens que se possam esperar da ação ofensiva, sob a dupla relação estratégica e política; é verdade que não se saberia adotar este sistema para toda a guerra<sup>64</sup>.

---

58. CORBETT, Julian S. *Principes de stratégie maritime*, p. 46.

59. CASTEX. *Théories stratégiques*, V, p. 82.

60. Carta de 28 julho de 1806 ao seu amigo Joseph, rei de Nápoles. *Correspondance militaire*, t. 4, p. 119-120.

61. MÉMOIRES de Montecucculi, tomo I, p. 362.

62. COMMENTAIRES de Napoléon Ier., tomo VI, p. 62.

63. SCHORN, François Nockern de. *Idées raisonnées sur... la science de la guerre*, p.3.

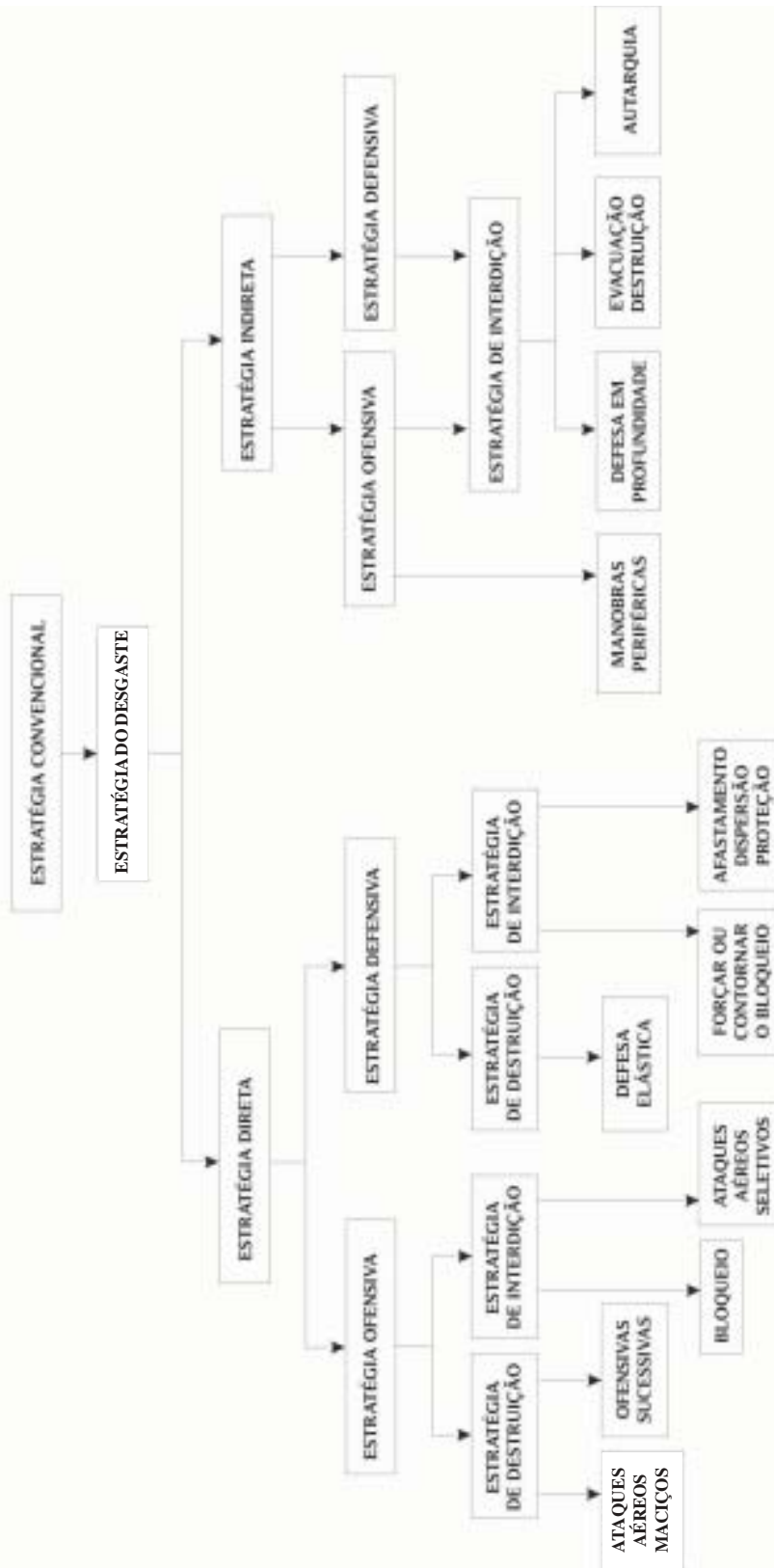
64. JOMINI, Henri-Antoine. *Précis de l'art de la guerre*, p. 85.

# ESTRATÉGIA CONVENCIONAL

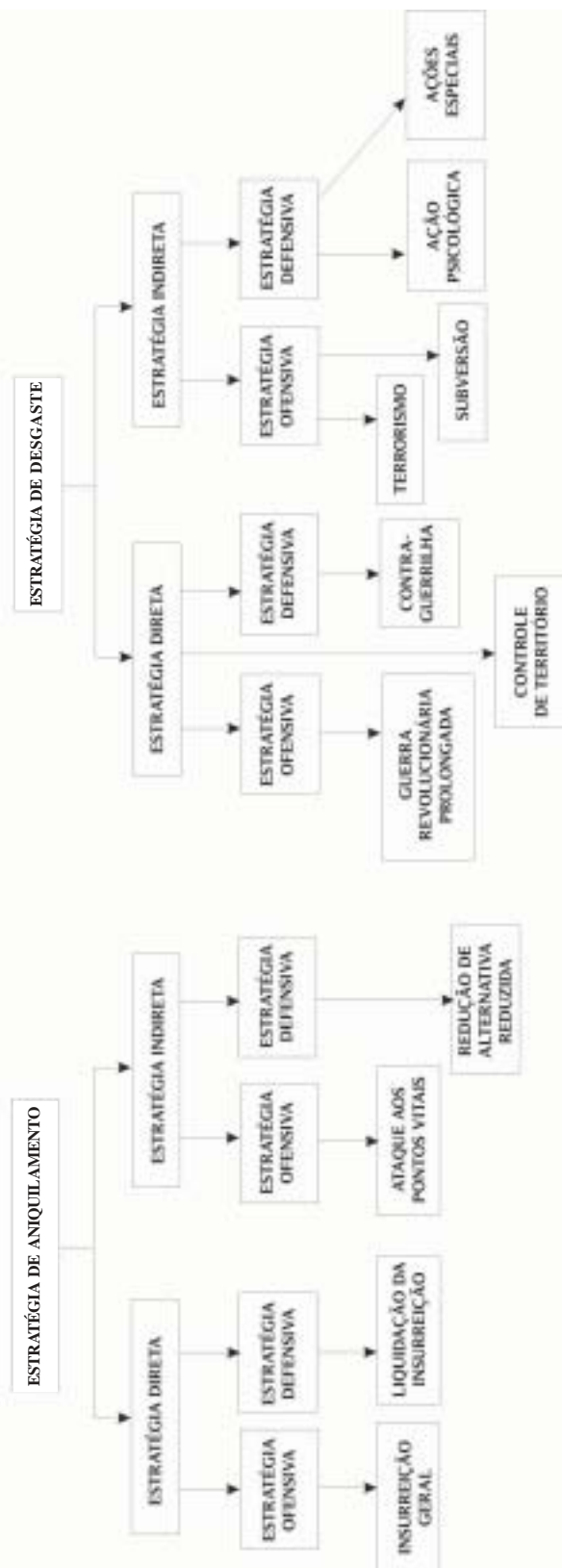
## 1. ESTRATÉGIA DO ANIQUILAMENTO



## ESTRATÉGIA CONVENCIONAL 2. ESTRATÉGIA DO DESGASTE



## ESTRATÉGIA ALTERNATIVA





A defensiva é então um estado inevitável, necessário, frequente. E, portanto, ela possui uma má reputação, porque está associada às idéias de fraqueza, de inferioridade, de imobilismo e sendo até mesmo de covardia. No século XVII, o Duque de Rohan já declara que “*a experiência nos ensina que, em toda ação de guerra, aquele que ataca redobra sua coragem e aquele que é atacado aumenta o seu temor*”<sup>65</sup>. No século XVIII, Turpin de Crissé afirma admitir “*a guerra defensiva só após infelicidades reiteradas e /ou quando se é forçado a fazer a guerra contra uma potência muito superior em forças ou contra diversas potências reunidas*”<sup>66</sup>. O defensor é aquele que se submete às ações do atacante, que recua, enquanto um estrito conceito (mas muito divulgado) de honra militar impede de ceder terreno. Este desprezo pela ação defensiva foi levado ao paroxismo no começo do século XX, com o modismo da ideologia da ofensiva. Foi à época da brincadeira célebre do Coronel de Lanrezac, professor da Escola Superior de Guerra da França: “*As portas estão fechadas? Então eu vou lhes falar sobre as ações defensivas*”. Ainda nos anos 1920, após os massacres da Primeira Guerra Mundial, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Laurent não hesita em escrever que “*o rendimento superior da ofensiva sobre a defensiva se demonstra tão bem em Cunaxa quanto em Austerlitz, e tanto em Écluse quanto em Poitiers ou Trafalgar*”<sup>67</sup>. Exemplos aos quais poderia opor Pavia (1525), Malplaquet (1709), Poltava (1709), Kolin (1757), Torres-Vedras (1810), Plevna (1878), os massacres inúteis de Artois e de Champagne (1915) ou Kursk (1943)...

## 203 – Três teóricos da defensiva

Um tal estado de espírito não tem evidentemente favorecido a reflexão sobre a defensiva. Esta teoria é fragmentada. Mais freqüentemente ela é considerada como um estado transitório, um expediente, uma vez que sua complexidade já tinha sido sublinhada no século XVII por Montecucculi, que pode ser considerado como o primeiro teórico da defensiva:

“As ações defensivas não possuem sem dúvida o mesmo brilho que as conquistas; porém elas requerem mais destreza, mais firmeza, mais fadiga e coragem ; na guerra ofensiva, não é ressaltado o que se deixa de fazer, porque os olhos, atentos ao que se faz e cheios de uma ação brilhante não se direcionam para outro lugar e não encaram o que poderia ser feito; os sucessos são aumentados pela fama e pelo favor público.”

“Na guerra defensiva, a menor falha é mortal, as desgraças são ainda mais exageradas pelo medo; elas são atribuídas aos homens mais do que aos eventos; observa-se apenas o mal que se apresenta, e não o que podia acontecer de pior, no caso se não o tivesse impedido, o que, com toda justiça, deveria ser considerado como um bem”<sup>68</sup>.

---

65. Duque de Rohan, Discours sur la guerre des montagnes, citado em Isabelle Tanguy-Michou, *L'Art de la guerre au début du XVI<sup>e</sup> siècle à travers les écrits du duc de Rohan*, p. 40.

66. MÉMOIRES de Montecucculi, com os comentários do Conde Turpin de Crissé, tomo I, p. 385.

67. Larurent. *Introduction aux études de stratégies*, p. 7.

68. Citado em Carrions-Nisas. *Essai sur l'histoire générale de l'art militaire*, II, p. 72.

Entre aqueles que quiseram ultrapassar a visão simplista da defensiva, três nomes se destacam. O primeiro é completamente desconhecido, o segundo é ilustre entre todos e o terceiro é conhecido sem maiores estudos.

1. O Conde de Schaumbourg-Lippe, no século XVIII, descreveu admiravelmente a fraqueza psicológica da defensiva:

A ofensiva é um ato de espontaneidade que segue o caminho do temperamento. A situação defensiva não é espontânea por si mesma, mas ela vem em consequência da reflexão.

O homem é geralmente voltado mais pelo temperamento do que pela reflexão. É preciso de mais coragem pensada para a defensiva. A coragem ofensiva é mais voltada ao temperamento. A defensiva concorda menos com o temperamento porque ela é mais passiva, próxima de grandes perigos e menos evitável. Essa última questão é mais comum.

O mesmo homem que age ofensivamente com toda sua coragem, não apresenta, normalmente, o mesmo grau de coragem quando agindo defensivamente.

A defensiva não procura ordinariamente a mesma reputação (glória militar) que ela merece. O público segue nisso, como em tantas outras coisas, o tom que dão os poderosos e como os poderosos são naturalmente ofensivos, é do interesse dos poderosos que os defensivos não sejam encorajados.<sup>69</sup>.

Ao mesmo tempo, ele reforça as bases de uma inversão teórica que reconhece a superioridade da defensiva:

O defensivo confunde ordinariamente as ideias sobre inferioridade. Aqueles reduzidos à condição defensiva estão ocupados em pensar que eles são inferiores, pois eles estão reduzidos à defensiva. Esta ideia lhes impõe o dever de sucumbir só muito tempo depois. A ofensiva que não é limitada, mas provida de novos recursos, apresenta uma perspectiva ou sucessão de operações das quais o defensivo não vê o fim, enquanto ele vê os limites da defensiva. Este raciocínio conduz a concluir que a defensiva é de qualquer forma destinada a sucumbir, pois os limites de seus meios aparecem, enquanto a imaginação pode fazer crescer os meios do ofensivo sem fim.

Ao contrário, um sistema de defesa bem preparado não somente é uma solução à inferioridade, mas também dá a superioridade que precisa para vencer e reduzir o ofensivo na impotência de conseguir. Esta é a principal ideia que deve imprimir as ações dos defensores<sup>70</sup>.

2. No século seguinte, Clausewitz confirma a identidade de natureza do ataque e da defesa, tanto para a tática quanto para estratégia:

Não é admissível pensar a defesa como uma passividade permanente. Ao examinar mais exatamente as coisas, mesmo a arma mais passiva, o poder de fogo das armas é ainda algo positivo e ativo. Porém, a defesa se serve sempre das mesmas armas que o ataque e também dos mesmos tipos de combates, seja no combate a fogo intenso seja no combate corpo-a-corpo.

A defesa é então tanto uma luta quanto o ataque. O desafio desta luta pode só conduzir a vitória, que é objetivo comum tanto do defensor como do atacante<sup>71</sup>.

---

69. SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. *Schriften und briefe*, p.263-264.

70. Ibid., p. 260.

71. CLAUSEWITZ, Carl von. *Théorie du combat*, p. 61, n. 259-262.

A partir desta constatação, Clausewitz formula a **lei da superioridade intrínseca da defensiva**: “*A forma defensiva de guerra é em si mais forte do que a ofensiva*”<sup>72</sup>. Ele invoca argumentos de ordem lógica e uma verificação de ordem histórica:

“Se a forma ofensiva fosse a mais forte, nunca se teria a ocasião de servir-se da forma defensiva. Como esta tem em qualquer situação só um objetivo negativo, todos desejariam necessariamente atacar e a defensiva seria um absurdo”.

Se nós consultarmos a história, nunca encontraremos provavelmente um exemplo de dois teatros de guerra onde a ofensiva tivesse sido realizada pelo exército mais fraco e onde o exército mais forte tivesse ficado na defensiva. Ao verificar-se que sempre e por toda parte é o contrário que acontece, isso mostra claramente que os generais, mesmo quando estão, por inclinação, prontos para empreender ações ofensivas, consideram a ação defensiva como a forma mais forte<sup>73</sup>.

A superioridade da defensiva é devida a quatro fatores:

1) uso do terreno; 2) a posse de um teatro de guerra preparado; 3) o apoio popular; e 4) a vantagem de aguardar o inimigo. É evidente que estas vantagens não se manifestam e nem possuem sempre a mesma gradação; assim, por consequência, uma ação defensiva não se assemelha sempre a outra, e que, em decorrência, a defensiva não terá sempre a mesma superioridade sobre o ataque<sup>74</sup>.

Mesmo sendo temperada pela diversidade de situações concretas, essa lei muito confundiu seus comentaristas impregnados da ideologia da ofensiva; eles tentaram minimizá-la e mesmo anulá-la. Blume sustenta que *a ofensiva estratégica é o método de guerra mais eficaz*<sup>75</sup>. Caemmerer estima que, sobre um plano estratégico, “*as razões apresentadas por Clausewitz, no livro da defensiva, não são todas absolutamente peremptórias*” e que, sobre um plano tático, o capítulo que se refere às relações entre o ataque e a defesa é “*um pouco falido*”<sup>76</sup>. Von der Goltz tenta uma síntese dialética:

“A defensiva poderá então ser, segundo Clausewitz, a forma mais forte em si mesma; a parte mais fraca poderá em alguma ocasião recorrer a ela em sua vantagem para chegar ao menos, em se apoiando no terreno e em obras de arte, a defender-se dos assaltos do inimigo; mesmo assim a ofensiva não possui a maior força”<sup>77</sup>.

Bernhardi, ao conceber as grandes possibilidades da defensiva, tenta limitar a superioridade dela à condução do combate, isto é, “à tática, porém a recusa para a condução da guerra, isto é pertinente a estratégia, ao argumentar sobre a superioridade moral que confere ao ataque, mas também a dificuldade de movimentar rapidamente os exércitos, mais e mais numerosos, que torna difícil a intervenção rápida das reservas do defensor”<sup>78</sup>. Todos colocam

---

72. \_\_\_\_\_. *De la guerre*, p. 400.

73. Ibid., p. 402.

74. Ibid., p. 663.

75. Blume. *Stratégie*, p. 245.

76. VON CAEMMERER. *L'Évolution de la stratégie au XIXe siècle*, p. 109-110.

77. GOLTZ, Colmar von der. *La nation armée*, p.254.

78. BERNHARDI, Friedrich von. *La guerre d'aujourd'hui*, t. II, p.2231.

em evidência o fato que Clausewitz situava a melhor defesa na ofensiva. Existe uma deformação que não leva em conta a formulação desprovida de ambiguidade do mestre. Simplesmente Clausewitz se coloca aqui, mais uma vez, no “*domínio abstrato do puro conceito*”; sua fórmula não se toma como base obrigatória de um plano de operações.

3. No início do século XX, a mais brilhante extensão da obra do mestre prussiano é o caso de um estrategista marítimo britânico, Julian Corbett. Enquanto seus homólogos (terrestres) alemães tentavam reverter o axioma clausewitziano, ele se apegava, ao contrário, em elucidá-lo, destacando com força a complementaridade da ofensiva e da defensiva:

Toda guerra, em todas as suas formas, deve ser ao mesmo tempo ofensiva e defensiva... Na verdade, nunca há uma escolha bem clara entre o ataque e a defesa. Nas operações agressivas, a questão é sempre saber até que ponto a defensiva deve entrar dentro dos métodos para emprego, tendo em vista permitir-nos utilizar ao máximo nossos recursos para quebrar ou paralisar a força do inimigo. Isto vale também para a defensiva<sup>79</sup>.

Além da reprise da tese sobre as vantagens da defensiva (formulada de maneira prudente para não importunar o leitor), a contribuição principal de Corbett visa apresentar que a distinção entre a ofensiva e a defensiva deve ser entendida em dois níveis: em função do objeto, “*positivo quando se procura afirmar seu poder ou a adquirir alguma coisa por si mesmo*” ou “*negativo, quando se procura anular a posse de qualquer coisa pelo inimigo ou a impedi-lo de adquirir alguma coisa*”<sup>80</sup>, e no plano estratégico (nós poderíamos distinguir hoje a grande estratégia da estratégia operacional). No primeiro estado de sua reflexão, Corbett estabelecia uma relação mecânica entre os dois níveis: “*Se o objetivo é positivo, a estratégia é ofensiva. Se o objetivo é negativo a estratégia é defensiva*”<sup>81</sup>. Em “Os Princípios”, ele reconhece que a ligação não é automática: “*houve muitas guerras nas quais os métodos positivos foram empregados em vista de um objetivo negativo*”<sup>82</sup>. A focalização na ofensiva impediu seus sucessores (Castex, em particular) de admitir plenamente esta dualidade de níveis que o senso comum percebe espontaneamente<sup>83</sup>.

## 204 – As duas defensivas

1. No plano operacional, a defensiva é beneficiada por uma vantagem intrínseca desde que ela tenha, entre outras, a escolha do terreno. Verdade eterna: o defensor se apoiará nos obstáculos da natureza para reforçar sua ação e para neutralizar a ofensiva de um inimigo superior: “*Este é um fato bem conhecido que, em uma posição forte, poucos homens podem resistir a muitos*”<sup>84</sup>. Sun Bin já afirmava, 24 séculos atrás:

---

79. CORBETT, Julian S. *Principes de stratégie maritime*, p. 46.

80. \_\_\_\_\_. Notes sur la stratégie. In: \_\_\_\_\_. *Principes de stratégie maritime*, p. 259.

81. Idem.

82. Ibid., p. 47.

83. Não se diz que um campeão sai em defesa de seu título?

84. CLAUSEWITZ, Carl von. *La Campagne de 1812 en Russie*. Bruxelas: Complexe, 1987. p.13. Cf. o livro II.

Na guerra, existe aquele que ataca e aquele que se defende. As tropas do atacante devem ser numerosas, aquelas do defensor podem ser menos numerosas. As tropas daquele que ataca devem ser duas vezes mais numerosas do que daquele atacado. É dessa forma que é possível passar ao ataque...

Aqueles que são atacados têm a iniciativa [do lugar do encontro] , aqueles que atacam vêm depois... Aquele que é atacado [deve escolher] um terreno seguro<sup>85</sup>.

A defensiva, assim concebida, deve permitir compensar uma inferioridade irremediável ou esperar socorros. Trata-se de fatigar o inimigo e ganhar tempo. “*Na guerra, como na mecânica, o tempo é o maior elemento entre o peso e a potência*”, dizia Napoleão<sup>86</sup>. Clausewitz apenas confirmou que: “*A determinação do espaço incube a defesa, enquanto que a determinação do tempo faz parte do ataque*”<sup>87</sup>. O exemplo mais claro deste axioma é, provavelmente, a resistência desesperada de Frederico II da Prússia durante a Guerra dos Sete Anos, sem esperança no plano militar, mas que permitiu resistir até o milagre que foi a morte da zarina, o que provocou a saída da Rússia da coalizão.

A defensiva pode também ter por objetivo guardar o máximo de forças para a ofensiva. O plano Schlieffen, em sua versão inicial, só deixava quatro corpos e meio de exército em frente ao Exército francês em Lorraine visando a liberar uma massa de manobra de 23 corpos de exército que executará o desbordamento pela Bélgica. Seu sucessor, Moltke, o Jovem, se achará obrigado em reforçar seu dispositivo de modo a fazer face à ofensiva francesa, porque ele recusa encarar qualquer abandono de terreno em Lorraine: as novas forças vindas do aumento dos efetivos estão mobilizadas aí, em lugar de reforçar a massa de manobra<sup>88</sup>, o que contribuirá para o fracasso da ofensiva<sup>89</sup>.

**2. O plano mais elevado, aquele da grande estratégia, a defensiva não é somente a situação do mais fraco. Ela é, também, o estado natural do poder dominante.** Por exemplo, o senhor do mar pode praticar as ofensivas táticas mais arrojadas e mais constantes, entretanto ele não está por isso menos condenado a uma ação defensiva estratégica, uma vez que ele deve defender o seu domínio do mar contra quem pretenda arrebatar-lo dele. Não se trata simplesmente de uma querela bizantina, mas de uma diferença estratégica fundamental: **aquele que tem a posição de superioridade persegue um propósito fundamentalmente negativo: a manutenção do *status quo*. Seu adversário persegue um propósito positivo: a modificação da relação de forças.**

A batalha do Atlântico é defensiva do lado aliado, ofensiva do lado alemão. Se a Alemanha consegue isolar a Grã-Bretanha, ela ganha a guerra: um desembarque à viva força não é mesmo mais necessário desde que o bloqueio esteja estabelecido. Se a coalizão anglo-americana ganha a batalha do Atlântico, mantendo suas linhas de comunicações abertas,

---

85. SUN BIN. *Le Traité militaire*, p. 73.

86. Carta de 14 de janeiro de 1809 ao Príncipe Eugène, citado na obra do General Camon. *La guerre napoléonienne*, p. 351.

87. CLAUSEWITZ, Carl von. *Théorie du combat*, p. 64, n. 288.

88. É verdade que a insuficiência de meios de transporte seria difícil para reforço.

89. Pode-se também citar a defensiva pouco conhecida dos franceses com relação a linha Maginot em 1940: eles imobilizaram as 40 divisões do grupo de exércitos nº 2 perante as 19 divisões do grupo de exércitos alemães C.

ela não ganha a guerra, ela evita somente perdê-la. O domínio do mar não pôde obrigar, por si só, a Alemanha à capitulação. Uma vez que os aliados obtiveram o propósito negativo (a conservação do domínio do mar), será preciso que eles busquem o propósito positivo, isto é a reconquista do continente por meio de desembarques gigantescos, a única possibilidade de destruir a Alemanha.

## 205 – O verdadeiro valor da ofensiva

Insistir sobre as qualidades da defensiva não implica de modo algum em uma desvalorização da ofensiva, única capaz de assegurar a destruição da potência inimiga uma vez que ela procura um fim positivo. Ao se contentar em querer mostrar ao outro que ele não pode ganhar sem procurar a destruição de suas forças, como os norte-americanos tentaram fazer no Vietnã, deixa-se a possibilidade de conduzir uma luta sem fim, permitindo a alternância das fases de atividade e de descanso, com o risco do inimigo disso valer-se, sobretudo na questão moral.

Clausewitz jamais caiu nesse capricho. Se ele disse que, como uma forma superior, a defensiva podia ser conduzida com meios inferiores, ele jamais sugeriu, nem que a guerra devia ser conduzida por uma ótica defensiva, nem que o ataque podia ser conduzido só com uma superioridade numérica, diferentemente desses analistas norte-americanos contemporâneos, como Trevor N. Dupuy, que tentaram definir uma razão ataque-defesa de 5/1 ou 3/1. Fora que um tal raciocínio é absurdo dentro da sua negação da infinita variedade das circunstâncias e das formas de combate, a superioridade não é reduzida a um único número: se o ataque é inferior em poder físico, ele deve ter a superioridade moral para impedir os inconvenientes da forma ofensiva. Se esta superioridade for também imperfeita, faltam ao ataque fundamentos sólidos e não haverá sucesso<sup>90</sup>. Esta superioridade moral pode resultar tanto da qualidade da tropa quanto do talento ou do gênio de seu chefe: em 1796, na Itália, a superioridade numérica e logística do Exército austríaco era incontestável, porém a superioridade moral era das forças francesas, pelo único fato da presença de Napoleão Bonaparte.

Da mesma forma, não se deve interpretar de forma mecânica a afirmação de Clausewitz em sua nota final: *“todo ataque se enfraquece devido ao próprio fato do seu avanço”*<sup>91</sup>. Edward Luttwak cai nesse erro quando ele tira das ações ofensivas-relâmpago, alemães na Rússia e na África a conclusão que: *“os avanços vitoriosos, sumariamente excessivos, traduziam-se por avanços em flecha sobre a carta para deixar apenas ao final da pista um punhado de veículos sem combustível, facilmente derrotados pelos antigos vencidos que, por sua vez, se precipitavam em vitórias frágeis idênticas”*<sup>92</sup>. É preciso procurar a explicação do fracasso de Rommel, na grosseira insuficiência de seus meios e não a partir de uma pseudo lei estratégica. No último capítulo de seu livro VII dedicado ao ataque, o único desse livro que foi um pouco desenvolvido, Clausewitz propõe uma visão bem menos mecânica do que ele chama **“o ponto culminante do sucesso”**. Em particular, ele chama a atenção que *“uma força militar encontra incessantemente elementos que a acrescentam e outros elementos que a diminuem... Esta dupla corrente, como um fluxo e refluxo, produz-se tanto quando as tropas avançam, como quando elas se retiram”*<sup>93</sup>. E, no seu esboço de uma teoria da tática, ele nota que *as vantagens naturais da defesa (a posição, a ordem, a surpresa) se esgotam sucessivamente durante o combate para se tornar finalmente marginais*<sup>94</sup>, proposição que se pode

90. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p. 631.

91. Ibid., p. 45.

92. LUTTWAK, Edward N. *Le paradoxe de la stratégie*, p. 37.

93. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p. 657.

94. Ibid., *Théorie du combat*, p. 50, n. 188a.

transpor para o plano estratégico. Em face do avanço inimigo, o defensor é submetido a perdas normalmente superiores, e ele perde recursos, províncias, seus aliados se afastam dele, o desencorajamento prevalece. Em sentido inverso, o atacante penetra em território hostil, que ele deve ocupar, afasta-se de seus recursos, enquanto o inimigo se aproxima dos seus recursos e pode reforçar sua resistência.

Determinar o **ponto de equilíbrio**, a partir do qual o atacante deve parar e passar à defensiva, é uma das decisões mais difíceis que existem: a preocupação de poupar suas forças pode conduzir a uma parada prematura, o esforço suplementar poderia conduzir ao aniquilamento do dispositivo adverso; em 1940, o “*milagre de Dunquerque*” só foi possível graças à parada imposta às divisões *Panzer* por Hitler ; ao contrário, a euforia do sucesso muitas vezes leva a desconhecer o desgaste das suas forças alemãs; sobretudo a apreciação das forças inimigas torna-se cada vez mais difícil quando a campanha se prolonga: a Batalha de Moscou, em novembro-dezembro 1941, constitui um caso de estudo.

Ao mesmo tempo, tinha que renunciar à ação ofensiva contra a capital soviética, centro do poder adversário? Uma ofensiva realizada no ano seguinte, de qualquer forma, teria sido muito mais difícil perante o inimigo que teria tido todo o inverno para se preparar para a guerra. A justificativa de uma ação ofensiva é medida, não somente em função dos meios, mas também do plano de campanha. Os erros de execução (notadamente o momento de parada após a Batalha de Smolensk para destruir as forças soviéticas do sul, na região de Kiev), não questionam necessariamente a justificativa estratégica da ofensiva até Moscou<sup>95</sup>. Em sentido inverso, o lançamento da ofensiva contra Kursk, em 1943, foi um maior erro estratégico alemão: a relação de forças não permitia mais esperar uma vitória decisiva, mesmo em caso de sucesso tático ou operativo; ao contrário, um fracasso significava, com certeza, um desgaste das forças que proibiria em seguida uma defesa eficaz.. O que não deixou de acontecer.

## 206 – A dialética – ofensiva-defensiva

A afirmação da superioridade da defensiva deve todavia ser considerada sob um ponto de vista teórico: ela constitui um gênero superior porque permite compensar, dentro de certas proporções, uma inferioridade que seria irremediável no caso ofensivo. Porém, esta afirmação não é de aplicação universal, seu valor varia segundo os meios e as formas da estratégia. Ela é aplicável, prioritariamente, no domínio terrestre quando o defensor pode se beneficiar do terreno, que o permite escolher a linha ou as posições de resistência nas quais ele poderá apoiar seus obstáculos. Em compensação, ela deve ser afastada para os meios marítimos e aéreos: a homogeneidade deles proporciona, ao contrário, a superioridade da ação ofensiva, livre, ao menos parcialmente, de escolher o lugar do ataque e a direção de aproximação (livro III). A unidade da estratégia, no sentido mais elevado, deve sempre ser acompanhada da consideração da diferença de meios que pode limitar a aplicação deste princípio supostamente universal.

A ofensiva e a defensiva não se opõem ao ponto de provocar uma inversão de princípios. Estes são os mesmos, seja em uma postura ofensiva ou em uma postura defensiva. Da mesma maneira, os instrumentos utilizados são idênticos e **é inútil pretender-se limitar ou proibir armas de natureza ofensiva. Só o uso que se faz de uma arma a torna ofensiva ou defensiva**. É uma pura questão de interpretação e as barreiras jurídicas

---

95. O debate permanece em aberto, a exploração dos arquivos soviéticos está apenas começando. Os trabalhos de Brian Fugate e de David Glantz indicam um releitura radical.



que foram postas nesse sentido se revelaram ilusórias. O Japão contemporâneo, que renunciou ao direito da beligerância para apenas conservar o direito à autodefesa é, finalmente, dotado de submarinos e de mísseis táticos e logo poderia adquirir navios-aeródromos, interpretações cada vez mais simples, permitindo desde já afirmar que tais meios não são de natureza ofensiva<sup>96</sup>.

A ofensiva e a defensiva não são funções consignadas ao avanço. Em várias situações, é difícil determinar quem é o atacante e quem é o defensor. No início do século XX, houve uma enorme controvérsia, e até um pouco bizantina, a propósito da campanha de 1805: uns viam em Austerlitz uma batalha defensiva, outros uma batalha defensiva-ofensiva, outros ainda uma batalha ofensiva. Camon a considerava uma batalha ofensiva retardada<sup>97</sup>. Também são conhecidos numerosos casos de “batalha de encontro”, nas quais é o acaso, mais que uma ofensiva determinada, que vai levar os dois adversários ao contato. Esta imprecisão, muitas vezes constatada, foi suficiente para mostrar o caráter relativo de categorias com uma tendência excessiva a serem erguidas como absolutas.

Da mesma forma, não se deve acreditar que relações ofensiva e defensiva são imutáveis, elas variam em função dos meios. Algumas podem favorecer a ofensiva, uma vez que dão às forças uma grande liberdade de movimento, ou, ao contrário, a defesa pode levar vantagem, quando a concentração de fogo possui preeminência sobre a mobilidade. Mas só se trata de tendências, **não há determinismo técnico**. O carro de combate é, “por natureza”, um instrumento ofensivo, e a Blitzkrieg demonstrou esta alteração operada a partir de 1918, quando a defensiva possuía a vantagem. Porém, um ataque de carros de combate não é do mesmo modo irresistível, e é um dos mestres da ofensiva mecanizada, o General Rommel, que se encarregou de demonstrá-lo, de forma brilhante, na África do Norte, frente aos ataques britânicos lançados em maio e junho de 1941 (operações Brevity e Battleaxe). A segunda parte da guerra devia mostrar que, sob todas as frentes, o crescimento da potência da defesa, doravante capaz de combinar diversos procedimentos (obstáculos, minas, artilharia, contra-ataque de carros de combate), para quebrar o avanço das forças mecanizadas, mais e mais poderosas<sup>98</sup>, mesmo quando ela nem sempre conseguia.

## 207 – Um terceiro termo?

A intervalos regulares, autores tentaram substituir a dialética ofensiva/defensiva por uma tríade. Nenhuma dessas tentativas teve sucesso.

1. Já no início do século XVIII, Feuquièrre distinguia a guerra *que era feita entre Potências iguais* das guerras defensiva e ofensiva; nesse gênero de guerra, o general deve estar “continuamente atento a procurar a superioridade pelas pequenas vantagens; ele sempre chegará ao seu propósito, que é a ruína do exército inimigo; nesse caso ele irá alterar a natureza dessa guerra e empreenderá uma ofensiva”<sup>99</sup>. Porém trata-se apenas de uma limitação da ofensiva imposta pela relação de forças, que impõe o recurso para uma estratégia de desgaste, e não de um gênero diferente.

---

96. COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Géostratégie du Pacifique*. Paris: IFRI-Econômica, 1987.

97. CAMON, Hubert. *La Bataille napoléonienne*. Paris: Chapelot, 1899. p. 55.

98. Como bem observou HART, Basil Liddell. *Histoire de la Seconde Guerre Mondiale*. Paris: Fayard, 1976. p. 184. É verdade que ela permitia justificar certas posições antes da guerra que não foram mantidas com a reputação de teórico da Blitzkrieg.

99. FEUQUIÈRE, Marquis de. *Mémoires*, p. 93.

2. No início do século XX, o coronel Camon propôs um terceiro termo que se aproxima um pouco da idéia de Freuquière: a espera estratégica<sup>100</sup>, na qual “*o chefe, tendo preparado diversos modos de emprego de forças, subordina a escolha definitiva de um partido à realização de certas condições*”<sup>101</sup>. Tal situação pode acontecer, porém, principalmente a título transitório, durante a fase inicial do conflito. Basta fazer disso um gênero específico, da mesma forma que a ofensiva e a defensiva? Deve-se constatar que ele não se impôs, o que sugere que ele não respondia a uma necessidade real. **O General Poirier recentemente o retomou para relatar uma situação onde não há inimigo designado**, o que lhe dá uma outra importância ( ver nº 281).

3. Na mesma época, o Capitão Gamelin quis distinguir o combate em retirada da ação defensiva: “*O combate em retirada é a arte de diminuir a velocidade da ação do inimigo sem submeter-se a sua lei*”<sup>102</sup>. Esta distinção, totalmente artificial, era só justificada por uma concepção negativa da defensiva, desqualificada pela ideologia da ofensiva que reinava então, ela desapareceu com esta última e só é citada aqui por recordação.

4. Recentemente, a dialética foi questionada por autores norte-americanos que estimam que ela não levaria em conta os novos procedimentos suscitados pela arma nuclear. Barry R. Posen distingue, assim, **três tipos de doutrinas**: “*As doutrinas ofensivas têm por propósito desarmar um adversário e destruir suas Forças Armadas. As doutrinas defensivas têm por fim vedar um adversário de atingir o objetivo que ele persegue. As doutrinas dissuasórias têm por propósito punir um agressor*”<sup>103</sup>. Embora as definições apresentadas sejam discutíveis (a defensiva também tem por fim desarmar o inimigo e desgastar suas forças armadas) a pertinência deste novo termo não é exatamente evidente: **a dissuasão (deterrence)** é só uma forma da defensiva, pois ela tem por propósito manter o *statu quo*, impedir o adversário de agir e, logo, atingir os objetivos que este persegue. Em sentido inverso, **a persuasão (compellence)** far-se-ia notar por uma forma ofensiva, porque ela teria por propósito constranger o adversário a executar a vontade de quem a ela recorre.

## SEÇÃO IV – AS MODALIDADES DA ESTRATÉGIA

### 208 – Os métodos fundamentais

Toda atividade humana pode ser resumida em um pequeno número de fatores fundamentais, cujas combinações múltiplas se transformam em inúmeras atividades. Sabe-se que bastam 64 casas e seis peças diferentes para possibilitar, praticamente, infinitas combinações sobre um tabuleiro de xadrez. A estratégia e a tática não são exceções à regra. Pode-se reduzi-las a dois ou três fatores fundamentais, dos quais cada um vai produzir uma análise particular da arte da guerra, estando entendido que se um entre eles é muitas vezes dominante, é raro (sem ser impossível) que ele seja exclusivo dos dois outros. Na maior parte das vezes, eles se combinam em proporções que variam em cada caso de espécie.

Um dos problemas maiores de toda a estratégia é de vir a encontrar o **equilíbrio ideal** entre esses fatores constituintes em função da situação concreta, isto é da presença do inimigo, dos meios disponíveis, dos objetivos a atingir...

---

100. CAMON, Hubert. *La guerre napoléonienne*, p. 76-77.

101. DUFFOUR. *Le problème de la réunion des forces ou de la concentration*, p.3.

102. GAMELIN, Maurice. *Étude philosophique sur l'art de la guerre*. Paris: Chapelot, 1906. p. 27.

103. POSEN, Barry R. *The sources of military doctrine: France, Britain and Germany between the World War*, p. 14.

Um modelo binário é bem exposto por Fritz-Otto Miksche: “A tática é, na sua essência, uma combinação de poder de fogo e de movimento”<sup>104</sup>. Pode-se, sem dificuldade maior, transpor esta proposição à estratégia. A imensa vantagem deste dualismo é que ele concilia a distinção entre a estratégia/tática. Não é cair na irritação grotesca de definir a estratégia primeiro em termos de movimento, enquanto a tática (ao menos contemporânea) seria dominada pelo poder de fogo. Porém, assim podem ser juntadas sob a denominação geral de movimento duas modalidades distintas, que Clausewitz separava nitidamente em tática: a manobra e o combate.

“A manobra não é exatamente um combate, ela se serve simplesmente do combate à medida que ela fracassa como manobra, as leis do combate global podem não convir a uma manobra. As particularidades próprias à manobra podem não contribuir ao estabelecimento de uma teoria de combate.

Na prática, acontece de as relações serem mais misturadas, mas isso não impede de separar em teoria assuntos que são totalmente diferentes. Se, inicialmente, examina-se as características das diferentes partes, sempre há possibilidade de extrair depois combinações”<sup>105</sup>.

Uma articulação tripartida parece então mais fundamentada. Pode-se distinguir assim três modalidades essenciais: **o choque** (para reservar o combate só ao nível tático), **a manobra**, e **o poder de fogo**. O interesse desta abordagem é permitir uma melhor aplicação do método histórico. Poderia, então, escrever a história da arte da guerra ao apresentar a passagem de um período de choque (Idade Grega e Idade Média) a uma idade da manobra (época moderna), para chegar a uma idade do poder de fogo (época contemporânea). Esquema simples demais que deveria incorporar múltiplos períodos intermediários e levar em consideração a combinação destes três modos mais do que a sucessão deles.

## 209 – O choque

**O choque visa a desorganizar ou a destruir o adversário pelo emprego de uma massa que vai agir com a maior violência.**

No **plano tático**, a falange grega,<sup>106</sup> em seguida macedoniana, constitui um dos exemplos mais exitosos. Sua coesão faz dela o instrumento de choque por excelência. Sua capacidade de manobra é muito limitada, sua potência de fogo é quase nula. A cavalaria medieval age da mesma forma: sua ética de bravura faz buscar o combate frontal. No século XVIII, o choque ressurgiu com a coluna que será notadamente defendida por Folard, mas cujo fracasso será ilustrado pelo aniquilamento da coluna aliada pelos canhões franceses em Fontenoy<sup>107</sup>. No período do império Francês, o Marechal Ney ficará um adepto do ataque em colunas, que será totalmente condenado pelo Marechal Bugeaud: “*A profundidade da coluna não acrescenta nada à força do primeiro batalhão que a compõe e diminui a força da massa*”<sup>108</sup>. Os progressos da potência de fogo não fizeram

104. MIKSCHÉ, Fritz-Otto. *Tactique de la guerre atomique*. Paris: Payot, 1955, p.9.

105. CLAUSEWITZ, Carl von. *Théorie du combat*, p. 57, n. 233-234.

106. DÉTIENNE, Marcel. La phalange: problèmes et controverses. In: VEMANT, Jean-Pierre (Dir.) *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*. Paris: Mouton, 1968.

107. BOIS, Jean-Pierre. *Fontenoy 1745*. Paris: Économica, Campagnes et stratégies, 1996.

108. BUGEAUD. De l'application des manoeuvres de l'infanterie aux combats. In: \_\_\_\_\_. *Ceuvres militaires*, p. 56.

desaparecer o choque. A cavalaria foi seu instrumento privilegiado, o revezamento foi feito em seguida pelo armamento blindado que combina potência de fogo, proteção e mobilidade.

No **plano estratégico**, a Blitzkrieg foi inicialmente apoiada na exploração máxima do choque. O choque inicial (tático) permite uma penetração que é seguida de uma exploração, cuja segurança é garantida pela mobilidade e que conduz à dissociação completa do dispositivo inimigo. Esta guerra-relâmpago demonstra sua eficácia na Polônia (1939), na França (1940), nos Balcãs (1941) e na Rússia (1941-1942). O contra-ataque soviético, a partir de 1943, é fundamentado no choque: a partir do fato do emprego da massa e da sua inferioridade de manobra, os Exércitos soviéticos não têm outra escolha do que avançar através de saltos sucessivos, destruindo o inimigo completamente e por assaltos repetidos sem levar em consideração as perdas.

O choque é brutal e eficaz. Ao ser aplicado por uma força indiscutivelmente superior, pode provocar o aniquilamento completo do dispositivo inimigo: um dos exemplos mais vitoriosos, muito pouco conhecido, é a ofensiva soviética na Bielorrússia no verão de 1944 (operação Bagration). A violência do choque foi tamanha que o grupo de exércitos do centro da Alemanha foi literalmente aniquilado. Sua frente afundou sobre toda a sua extensão e uma nova frente apenas pôde ser organizada a várias centenas de quilômetros atrás, na Prússia oriental e na Polônia.

Porém, o choque pode também ser perigoso para aquele que o tenta. A concentração de meios que lhe é exigida pode conduzir a só obter a ruptura em uma frente muito estreita. O defensor pode então dar uma resposta ao tentar cortar a ligação das forças que penetraram da sua base de partida. Ao choque ele vai opor a manobra.

## 210 – A manobra

A manobra é a antítese do choque. Ela se baseia no movimento. Segundo a fórmula do Almirante Castex, *“Manobrar é se mover inteligentemente para criar uma situação favorável”*<sup>109</sup>. **No lugar de abordar o inimigo de maneira frontal, a manobra visa a agir sob os pontos fracos do inimigo, desbordá-lo, cercá-lo, cortá-lo de suas bases de reabastecimento, em resumo, a desorganizá-lo, a dissociá-lo em um tal grau que ele perde sua capacidade combatente.**

A manobra é preconizada pelo primeiro dos estrategistas, Sun Tzu: *“Obter cem vitórias em cem combates não é exatamente o que há de melhor. Submeter o inimigo sem combate é o que há de melhor”*<sup>110</sup>. No plano tático, Sun Bin descreve, entre suas dez formas de desdobramento de tropas, a disposição em forma de gancho, na qual *“as alas direita e esquerda, agindo de forma coordenada, devem proceder como um gancho”*<sup>111</sup>. Na Antiguidade ocidental, Epaminondas tem êxito em uma manobra tática de transbordamento (ultrapassagem) em Leuctras (371 a.C.) e em Mantinéa (362 a.C.)<sup>112</sup>. Porém, o modelo, que será mais tarde objeto de comentários de Schlieffen e de muitos outros autores, é a Batalha de Cannes (216 a.C.), com o envolvimento do exército romano pelas alas, intuição genial de Aníbal que não conseguirá reeditá-lo diante de Cipião, quando da batalha final de Zama (202 a.C.)<sup>113</sup>.

---

109. CASTEX. *Théories stratégiques*, t. II, p. 1.

110. SUN ZI. *L'art de la guerre*, p.67.

111. SUN BIN. *Le Traité militaire*, p. 62.

112. Cf. ANDERSON, J. K. *Military theory and practice in the age of Xenophon*. Berkeley: Califórnia University Press, 1970.

113. LE BOHEC, Yann. *Histoire militaire des guerres puniques*. Paris: Edição de Rocher, 1996.

O Antigo Regime Militar é dominado, em terra, pela manobra: a batalha utilizando fileiras só pode acontecer se as duas partes das tropas consentirem, em razão da fraca mobilidade dos exércitos e da reticência de seus chefes em engajá-los nas ações que podem ser muito custosas e procuram, raramente, resultados decisivos. Daí a preferência pelas marchas e contramarchas sabidas, que podem ocupar toda uma campanha e que têm por propósito impedir o inimigo de chegar aos seus objetivos e constrangê-lo à retirada, cortando suas linhas de comunicações. Henri de Rohan resume esse estado de espírito, com sua fórmula: *“hoje, faz-se guerra mais como raposa do que como leão”*<sup>114</sup>. Turenne, seu adversário Montecucculi, posteriormente o Marechal de Saxe, são os mestres do gênero. O último citado escreve:

Eu não sou todavia partidário das batalhas, sobretudo no começo de uma guerra, e estou persuadido que um general hábil pode executá-la durante toda a sua vida, sem se ver obrigado... Eu não pretendo dizer, com isso, que uma vez que se encontra a ocasião de destruir o inimigo, não venha a se fazer o ataque, nem se tire vantagem das ações erradas que ele possa fazer; porém eu quero dizer que se deve fazer a guerra sem nada dar ao acaso e que isto é o ponto mais alto da perfeição e da habilidade de um general<sup>115</sup>.

Napoleão está convencido da necessidade da manobra: *“jamais ataque de frente às posições que você pode obter ao contorná-las”*<sup>116</sup>. A manobra de Ulm, em 1805, é a melhor obra-prima do gênero: a manobra napoleônica é tão bem concebida e conduzida que o Exército austríaco do General Mack se encontra obrigado a capitular sem mesmo ter podido travar a batalha. Ulm é uma vitória brilhante e, portanto, não houve batalha. A estratégia, empreendida de forma perfeita, triunfa sem ter necessidade da tática.

Em 1914, os alemães empreendem uma gigantesca manobra de desdobramento ao contornar pela Bélgica o dispositivo francês maciço estabelecido em Lorraine. Ela fracassa na Batalha do Marne, frente aos exércitos que Joffre teve tempo de fazer retornar do leste. Uma vez estabilizada a frente, em Aisne, os dois adversários tentam simultaneamente desbordar o outro pelo norte. Esta é “a corrida ao mar” que parará ao final do ano de 1914, pelo desgaste geral e pela extensão da frente em direção da costa: a frente contínua não permite mais nenhuma possibilidade de manobra estratégica.

A Blitzkrieg, após o choque inicial, utiliza a fundo, as virtudes da manobra: é o golpe fatal de 1940 contra a França, são as grandes batalhas que cercam a frente russa em 1941-1942. Os alemães a utilizam a seguir em suas operações defensivas. O Marechal von Manstein é o mestre desse gênero: ele combina os recuos “estratégicos”, com retornos ofensivos fulminantes, cujo modelo passa a ser o restabelecimento da frente na primavera de 1943, após o desastre de Stalingrado<sup>117</sup>. Os soviéticos, apesar da inferioridade tática, também tentam esse modelo: o contra-ataque aos flancos de Stalingrado (operação Uranus) é um sucesso completo, que resulta no cerco e na destruição do VI Exército alemão, seguido do rechaço das forças do Eixo no Don (operações “Saturno” e “Pequeno Saturno”). Ao contrário, a manobra experimentada, ao mesmo tempo e com meios comparáveis, no setor central, para pegar em tenaz o avanço de Rjev (operação Marte) e a seguir repelir o conjunto do grupo de exércitos do Centro

114. ROHAN, Henri de. *Le parfait capitaine*. Paris: ISC, 2002.

115. DE SAXE. *Mes rêveries*, p.223.

116. COMMENTAIRES de Napoléon Ier, tomo VI, p. 265.

117. Cf. GLANTZ, David M. *From the Don to the Dnepr: Soviet Offensive Operations, December 1942-August 1943*, Londres: Frank Cass, 1991.

(Operação Júpiter), fracassa completamente com perdas pesadas, de sorte que a historiografia soviética (e consequentemente ocidental) ignora-a completamente<sup>118</sup>.

Mais recentemente, em 1991, os aliados empreenderam uma manobra de desbordamento contra o Exército iraquiano durante a Guerra do Golfo. Este movimento no mapa, talvez superfluo, em razão do estado de decomposição do Exército iraquiano, que não teria resistido a um choque frontal (mas poderia ter ocasionado perdas).

A manobra tem sido frequente apanágio de grandes chefes da guerra, pois ela pode ser considerada como um domínio da estratégia muito mais importante do que o choque ou o poder de fogo. É preciso ter, numa grande intensidade, não somente no emprego de forças, mas também na avaliação das vulnerabilidades do inimigo: a informação é uma componente essencial da manobra. Uma vez prontificado o plano, a surpresa e a velocidade são fatores essenciais do sucesso. Porém, a manobra supõe uma certa liberdade de ação. Quando a desproporção entre as forças é grande demais, ou a posição do inimigo é forte demais<sup>119</sup>, a manobra praticamente não pode ser realizada. Deve-se então recorrer, ou à ofensiva frontal, ou à defensiva estática, que pode, sob certas condições, levar a bons resultados, como demonstraram a resistência alemã na frente do Leste europeu durante o inverno de 1941-1942 após a Batalha de Moscou, ou a retirada metódica do Marechal Kesselring durante a campanha da Itália.

## 211 – O poder de fogo

O poder de fogo é hoje um fator preponderante na guerra. Seria errado todavia acreditar que ele apareceu apenas recentemente. Para evitar um contra-senso deve-se falar mais de **potência de projeção** do que de potência de fogo.

Na Antiguidade, a falange, completamente voltada ao choque, era acompanhada de tropas auxiliares armadas de arcos (*les toxotes*), de fundas (*les sphendonètes*) ou de dardos (*les acontistes*), cujo papel na batalha não é negligenciável, mesmo que eles sejam ignorados pelos combatentes principais: Estrabão cita uma inscrição do século VIII a.C., proibindo o uso das armas de arremesso na Guerra Lélantine<sup>120</sup>. Na Idade Média, são conhecidos os efeitos destruidores do arco inglês (mais precisamente gaulês) e a sua superioridade sobre a arbalista dos franceses. A arbalista, apesar de muito mais precisa, possante e de emprego a maior distância, possuía uma cadência de tiro muito menor.

O aparecimento da arma de fogo nos exércitos ocorreu (na Europa) na Batalha de Réole (1324), introduzindo uma revolução na arte da guerra, e foi imposta com muita resistência. Da mesma forma que a Igreja havia excomungado aqueles que empregavam a arbalista, “*esta arte detestável e odiada por Deus*” (*artem mortiferam et deo odibilem*), os guerreiros detestam esta arma de covarde. Bayard, o cavaleiro sem medo e sem arrependimento, não admite que sejam poupados os arcabuzeiros capturados. Os lanceiros só desaparecem definitivamente no século XVII. Ainda no século XVIII, o Marechal de Saxe ou o grande Frederico no início recomendam conduzir o ataque atirando o menos possível, uma vez que o rendimento do fuzil é mediocre<sup>121</sup>.

118. GLANTZ, David M. Prelude to Kurstk: soviet strategic operations. Fev./mar. 1943 et The failures of historiography: forgotten battles of the German-Soviet War (1941-1945). *The Journal of Slavic Military Studies*, mar. e dez. 1995.

119. A manobra de Austerlitz só foi possível aos aliados pela presunção do platô de Pratzen. O cavaleiro de Folard havia se expressado da seguinte forma espirituosa: “Tanto cabe aos generais que a sua sorte em matéria de guerra para evitar as dificuldades impostas por um hábil homem”.

120. HANSON, Victor. *Le modèle occidental de la guerre*, p41.

121. Cf. BONNEFOY, François. *Les armes de guerre portatives en France: du début du règne de Louis XIV à la veille de la Révolution (1660-1789)*. Paris: Librairie l’Jude, 1991.



Porém, a pressão é forte demais e Frederico em seu *Testamento militar*, reconhece que “as batalhas são ganhas pela superioridade do fogo”<sup>122</sup>. A melhoria do armamento permite a redução da profundidade da linha, que passa de oito filas ao início do século XVII para seis, em seguida quatro fileiras sob o reinado de Luís XIV, para chegar à generalização de três fileiras no século XVIII, sendo reduzida a duas ao fim das campanhas do império francês.

Ao mesmo tempo, a artilharia não deixa de ver o crescimento de sua importância, porém a um ritmo muito lento. As peças são pesadas demais para serem facilmente deslocadas no terreno (no mar, a concentração de fogo veio a ser determinante depois do aparecimento do navio de guerra). Em Ivry (1590), Henrique IV apenas dispõe de seis peças de canhão, o exército da Liga, quatro. O impacto da artilharia se faz sobretudo sentir na guerra de cerco. O aumento da potência será lento, porém contínuo: em Breitenfeld (1631), Gustavo Adolfo da Suécia possui 75 canhões, contra 26 dos imperiais. Até a metade do século XVIII, “os principais autores, como Puysegur, o cavaleiro de Folard e Maurice de Saxe, negligenciam totalmente a artilharia”<sup>123</sup>. Tem que esperar a Guerra da Sucessão da Áustria para que o aparato militar de um exército ultrapasse 100 canhões. A introdução de peças mais leves modifica também a tática, permitindo a constituição de uma reserva de artilharia capaz de intervir quando e onde houvesse necessidade, enquanto, antes, as baterias ainda estavam condenadas à imobilidade. A mudança se situa durante a Guerra dos Sete Anos: em Kunersdorf (1759) os austro-russos alinham 350 peças de canhões e os prussianos 230. Como reconhece Frederico II, inicialmente cheio de desdém, esta arma custosa e pouco manobrável, “atacar o inimigo sem a vantagem da concentração do poder de fogo é se bater com bastões contra armas”<sup>124</sup>. A contradição entre o poder de fogo e o movimento é ultrapassada no fim do século XVIII, com o novo sistema de artilharia de Gribeauval. O emprego do fogo torna-se principal nas batalhas do fim do império francês: em Wagram (1809), a artilharia francesa realiza 71.000 tiros; em Leipzig (1813), atira-se 185.000 tiros, até o esgotamento das munições.

Durante a segunda metade do século XIX, o poder de fogo atinge uma capacidade enorme graças aos aperfeiçoamentos técnicos (pólvora sem fumaça, fuzil automático, obuses...). Logo após a guerra de 1870, o General Lewal proclama que “o poder de fogo tem uma superioridade imensa sobre o choque; o poder de fogo é consequentemente essencial e o choque acessório”<sup>125</sup>. Moltke, o Velho, concorda com este sentido: “O efeito do poder de fogo dá-lhe uma característica ofensiva que ele não possuía anteriormente e pode, dentro de certas circunstâncias, tornar-se absolutamente destruidor e até mesmo decisivo”<sup>126</sup>. Em 2 de setembro de 1898, o Exército britânico de Kitchener destrói os monges sudaneses em Omdurman. Estes perdem 25 mil homens no terreno, enquanto que as perdas britânicas se limitam a 450 homens.

Portanto, no enorme período de paz que separa, na Europa, 1871 e 1914, esta verdade está se perdendo de vista, até ser negada pela ideologia da ofensiva no decênio que precede a declaração da Grande Guerra. Os estados-maiores não aquilatam a real medida das mudanças ocorridas, notadamente o aparecimento da metralhadora automática. Enquanto o Regulamento francês de 1875 consagrava “a importância preponderante do poder de fogo como meio de ação” e preconizava uma ordem dispersa para as formações da primei-

121. Cf. BONNEFOY, François. *Les armes de guerre portatives en France: du début du règne de Louis XIV à la veille de la Révolution (1660-1789)*. Paris: Librairie l’Jude, 1991.

122. Citado por COLIN, Jean. *Les transformations de la guerre*, p.18.

123. ROUVIER, Arnaud. *Bernard Forest de Bélidor: “la science au service de la guerre”*. Enquêtes et documents, 25, 1998. p. 131. A idéia seria um pouco indefinida, ao menos para o Marechal de Saxe, que propôs um projeto de artilharia leve (“l’amusette”).

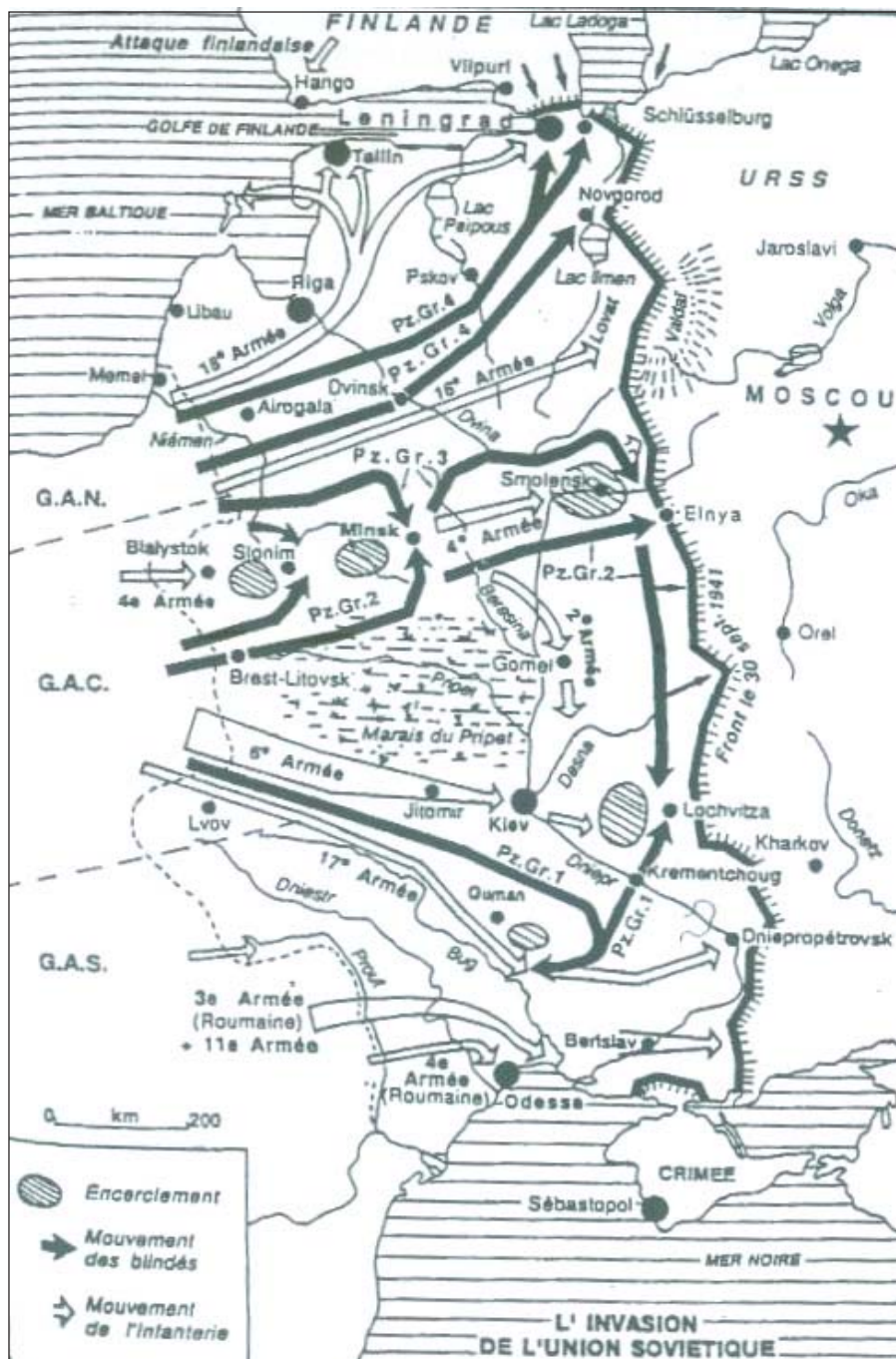
124. NAULET, Frederic. *L’artillerie française 1665-1765: naissance d’une arme*. Paris: CFHM-ISC-Économica, Hautes Études militaires 21, 2002. p. 287.

125. LEWAL. *Études de guerre*, 1875, p.138.

126. MOLTKE, Helmut von. *Tactique*. Paris: École Supérieure de Guerre, s.d.



ra linha, volta-se, a partir de 1884, a formações mais densas “*de modo a favorecer o choque*”. O Regulamento de 1914 é ainda mais categórico: *para vencer, deve-se romper pela força o dispositivo de combate do adversário. Esta ruptura exige ataques levados a fundo*”<sup>127</sup>. As enormes perdas da Primeira Guerra Mundial foram a terrível sanção aplicada. O poder de fogo aniquila o movimento, os estados-maiores tentam reencontrar uma forma de retomá-lo



127. PÉTAINE, Philippe. *Tactique d'infanterie*, 3ª parte.

valendo-se da potência de fogo, porém os preparativos da artilharia, que duram vários dias, perturbam o terreno e tornam muito difícil qualquer progressão<sup>128</sup>. É só com o desenvolvimento dos meios mecanizados que o choque e a manobra retomam os seus lugares.

**O poder de fogo foi há muito tempo um fator puramente tático.** Porém, ele **veio a ser estratégico** na época contemporânea com o advento da arma aérea. Isso permite ultrapassar o horizonte do campo de batalha para empreender o que os teóricos vão chamar de bombardeios estratégicos (infra nº 371). Batizado pelos críticos, com boas razões, bombardeio do terror (pudicamente voltado a objetivos demográficos, isto é, civis), leva o poder de fogo ao paroxismo, sem entrar em choque contra as forças adversárias, nem empreender qualquer manobra digna desse nome. Se certos comentaristas vão citar a manobra (“de estilo napoleônico”) adotada pelo General Schwarzkopf contra o Iraque em 1991, eles minimizam o fato da facilidade obtida por uma terrível potência de fogo empreendida durante as três semanas que precederam a ofensiva: o Exército iraquiano estava fora de combate antes do primeiro movimento operativo.

A projeção, e em seguida o fogo, são tanto mais eficazes quanto são intensos: a expressão “potência de fogo” sugere bem esse primado da quantidade. Porém, uma concepção alternativa proporciona a escolha pela qualidade, isto é, a precisão. Este debate já estava presente desde o tempo do arco e da arbaleta: o primeiro atirava rápido e a segunda atirava certo. Na Ásia, os Mongóis praticam o tiro agrupado a grandes distâncias: a densidade das nuvens de flechas é tal que eles necessariamente atingem seus resultados. De forma oposta, os arqueiros japoneses atiram com muito cuidado: os mestres de tiro chegam a atingir grandes distâncias (fala-se de 800 metros) de forma firme e precisa considerada inexequível nos dias de hoje (um exercício famoso consiste em apagar uma vela com uma flecha). Na época contemporânea, o “*carpet bombing*” do Marechal Harris, chefe do Comando dos Bombardeiros, leva ao paroxismo o reino da quantidade, com resultados muito contestados em relação às destruições provocadas. Nos dias de hoje, a obsessão de reduzir os danos “colaterais”, conduz ao retorno da qualidade, pela aceitação de armas guiadas com muita precisão.

## 212 – Combinação do choque, da manobra e do poder de fogo

Um problema central, tanto para estratégia quanto para a tática, foi sempre encontrar a melhor combinação possível entre essas três modalidades fundamentais, onde cada uma só pôde ser desenvolvida em detrimento da outra. A potência de fogo ou de choque apenas podia ser reforçada em detrimento da mobilidade e, conseqüentemente, da manobra. Inversamente, esta devia acomodar-se com meios leves: impossível arrastar a artilharia na perseguição ao inimigo.

Uma das novidades decisivas da nossa época é o aparecimento de novos meios que permitem ultrapassar, em certa medida, esta contradição. O carro de combate ou o avião oferecem uma síntese da manobra do choque e do poder de fogo, que permitem, por sua vez, uma dilatação do teatro de operações e uma aceleração dessas operações.

Daí resulta um fenômeno novo que é a **assimetria absoluta da ofensiva e da defensiva**: aquele que ataca possui a iniciativa e, segundo um plano preconcebido, pode desenvolver, sem retardamento, uma série de manobras, enquanto o defensor, que está sob a iniciativa do adversário, só pode

128. JOHNSON, Hubert C. *Breakthrough! tactics, technology and the search for victory on the western front in World War I*. Presidio Press, 1994.

reagir, com uma grande mobilidade, quando tem conhecimento das ações inimigas. Desde então, a esgrima dos partidos opostos depende estreitamente das “agilidades” dos dois adversários. O fenômeno que se pôde constatar na França em 1940 se reproduziu em uma escala maior em 1967, no decorrer da Guerra dos Seis Dias, onde cada uma das três batalhas se decidiu de fato desde o primeiro dia<sup>129</sup>.

## 213 – O modelo napoleônico

A distinção entre o choque e a manobra, se não é contestável, apresenta problemas de apreciação temíveis, essas duas formas estão frequentemente ligadas nas operações. As interpretações da arte da guerra de Napoleão, que permanece como o modelo mais comentado mostram bem como uma experiência pode ser objeto de conclusões opostas, com um debate, nunca decidido, entre os partidários do choque e os da manobra.

O primeiro autor que meditou, verdadeiramente, sobre a experiência napoleônica foi Jomini, o grande fundador. Desde 1805, em seu *Tratado das Grandes Operações Militares*, ele dá a “fórmula”: **“A grande arte parte de bem conduzir as suas linhas de operação consistindo, então, em combinar suas marchas de modo a apoderar-se das comunicações do inimigo sem perder suas próprias linhas de comunicação”**<sup>130</sup>, o que, de outro modo dito, de cortar a ligação do exército inimigo com as suas bases de partida, conservando para si mesmo a possibilidade de retirar-se em caso de necessidade. Ele dá o exemplo de Marengo (acrescentando Ulm e Léna nos tomos seguintes): em Marengo (1800), a linha de retirada do Exército austríaco em direção a Vérone é cortada por Bonaparte, que conserva sempre abertas suas próprias linhas de retirada em direção à Suíça.

A superioridade de Napoleão reside na escolha das suas linhas de operações, quer dizer na direção que ele empreende a sua manobra em função da situação geográfica e a localização das forças inimigas, mas também na sua capacidade para alterar essas linhas, no caso de imprevistos. Ele manobra tão bem em uma extremidade da frente estratégica do inimigo para lhe envolver e pegá-lo detrás (campanhas de 1800, 1805, 1806), quanto sobre sua posição central, uma vez que seu adversário cometeu o erro de dividir suas forças (campanhas de 1796, 1809, 1814). Algumas de suas manobras terminam em batalhas que tomaram formas muito diversas: ofensivas ao centro, desbordamento escalonado, ordem oblíqua...

Porém, a batalha não é a conclusão obrigatória que deve fazer pender a balança: *“Ulm e Léna foram batalhas ganhas estrategicamente, antes mesmo de serem travadas e a tática teve pouca participação nisso. Em Ulm, nem houve mesmo batalha”*<sup>131</sup>: completamente cercado, sem esperança de poder penetrar o dispositivo francês ou de ser socorrido, o General Mack não teve outra alternativa a adotar do que capitular; em 1806, dividido antes do encontro decisivo, obrigado a se submeter à vontade do Imperador, cuja manobra desorganizou o plano de seus generais, o Exército prussiano é virtualmente batido antes mesmo da batalha.

Como Frederico II lhe fornece o modelo de guerras defensivas, Napoleão dá a Clausewitz o modelo da guerra ofensiva, da estratégia de aniquilamento que ele vai teorizar, inspirando-se diretamente em seu modelo:

É quando os combates se reúnem em uma grande batalha geral que os resultados são maiores (...). Quanto mais um general-em-chefe está movi-

---

129. BEAUFRE, André. *Stratégie pour demain*, p. 75.

130. Citado por Jomini ele mesmo no seu *Précis de l'art de la guerre*, p.94.

131. JOMINI, Henri-Antoine. *Précis de l'art de la guerre*, p. 217-218.

do do verdadeiro espírito da guerra, mais ele tem consciência que ele pode e deve bater seu adversário, e mais ardentemente ele procura a batalha geral, desde o início da guerra e sempre espera por ela. Bonaparte talvez nunca tenha empreendido uma campanha sem visar a esta batalha geral<sup>132</sup>.

Essa máxima contida em *Vom Kriege* reencontra-se em todas as campanhas de Napoleão segundo Clausewitz: “*Iniciando por golpes decisivos e fazendo uso das vantagens obtidas para bater o inimigo com novos golpes, apostando sempre seu ganho sobre uma carta só até que o banca quebrasse, este era o método empregado*”. Ainda em 1814, “*seu desejo era o de reunir o mais rapidamente possível o grosso de suas forças e de empreender uma batalha ofensiva, enquanto, para nós, a ideia fundamental da defesa deveria ser de retardar a qualquer custo a batalha*”<sup>133</sup>. Em 1815, “*uma brilhante vitória sobre os exércitos reunidos na Holanda é, para Napoleão Bonaparte, uma necessidade totalmente urgente*”. E se seu comportamento na manhã de 18 de junho sugere que ele pôde pensar em obter a retirada dos ingleses empreendendo a manobra, e não os destruindo por meio de uma batalha, “*este desejo seria tão contrário ao seu modo de proceder anteriormente, que só poder-se-ia olhá-lo como a sequência de uma fadiga pessoal e de uma parada do impulso da sua mente*.”<sup>134</sup>

A procura é do choque decisivo, mas o sucesso resulta também de uma manobra de concentração: Napoleão “*sempre soube organizar para suas principais batalhas vitoriosas, à exceção da Batalha de Dresden em 1813, um exército superior ou pelo menos pouco inferior ao exército do campo adverso, e quando não teve tal possibilidade, como em Leipzig, Brienne, Laon e Waterloo, ele foi batido*”<sup>135</sup>.

Clausewitz imprime o traço de sua genialidade a uma explicação muito comum. Ela é encontrada, por exemplo, nas recordações do Barão de Comeau, General emigrante que passou ao serviço da Baviera, e serviu no estado-maior de Napoleão na qualidade de oficial de ligação. A tática de Napoleão consistia, segundo ele, “*em uma forte massa a qual ele imprimia uma grande velocidade, e não deixando tempo para essa velocidade de amortecer-se, ele a lançava sobre um ponto só. Dessa forma, era impossível que este ponto não fosse desbaratado; então, imediatamente, ele aplicava sua massa eletrizada sobre as frações inimigas já desmoralizadas pela ruptura*”<sup>136</sup>.

Além das diferenças de formulação, a quase totalidade dos autores do século XIX, de Gouvion-Saint Cyr e Marmont a Theodor von Bernhardi, concorda em ver na estratégia de Napoleão um arquétipo de estratégia ofensiva baseada na procura da batalha decisiva e do choque. Ao fim do século, autores como Von der Goltz ou Friedrich von Bernhardi mantêm a imagem do imperador, procurando a todo preço o combate e “*opondo a força brutal a arte militar sabida e convencional da sua época, tendendo sempre aos resultados extremos pelos meios mais simples*”<sup>137</sup>. Baseado em um Clausewitz esquematizado de forma extrema, quando, no momento, os estudos napoleônicos estão em plena renovação na França, com uma plêiade de trabalhos (a Seção Histórica do Estado-Maior do Exército publica admiráveis monografias das campanhas) que se baseia na correspondência de Napoleão, publicada no segundo Império, hoje eles substituem a apologia do choque pelo primado do emprego da manobra.

O General Jean Colin estima que muitos dos elementos que Napoleão utilizará com sua genialidade existem desde o século XVIII e que as manobras de seus adversários não diferem

132. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p.282 (segundo uma outra tradução).

133. \_\_\_\_\_. *Campagne de 1814*, pp. 67-68.

134. \_\_\_\_\_. *Campagne de 1815*, p.140.

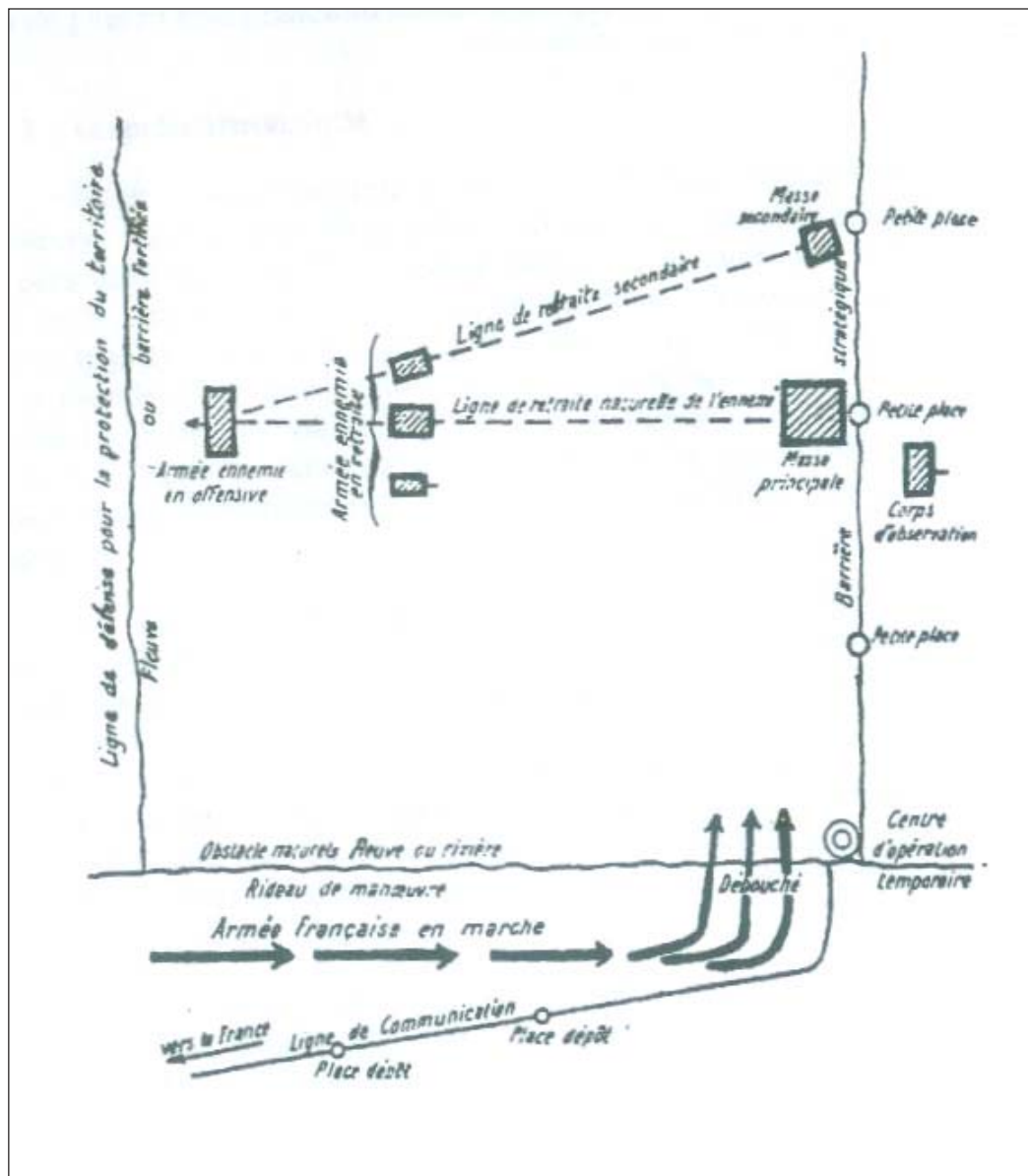
135. Clausewitz, Carl von. *De la guerre*, p. 309.

136. COMEAU, Barão de. *Lembranças das campanhas da Alemanha durante a Revolução e o Império*. Paris: Plon, 1900.

137. BERNHARDI, Friedrich von. *La guerre d'aujourd'hui*, tomo I, p. 10.

fundamentalmente das suas. Todos os bons generais compreendem a idéia principal de toda a manobra, quer dizer: “*que é preciso atacar o inimigo no flanco ou retaguarda, atingir ou ameaçar o máximo possível a sua linha de retirada*”. Porém, a diferença é: “*esta inteligência colossal que nunca talvez fosse ultrapassada*”<sup>138</sup>.

O Coronel (posteriormente General) Hubert Camon publica uma série de trabalhos que querem elaborar uma teoria da guerra napoleônica, tanto do ponto de vista da batalha, quanto dos sistemas operativos<sup>139</sup>. Ele sustenta que os autores que o precederam compreenderam a guerra napoleônica “*só pela metade (no melhor dos casos)*” e consagra todo um livro à refutação de Clausewitz. Longe de procurar sistematicamente a batalha, Napoleão travou apenas “*um pequeno número de batalhas organizadas*” e lhe preferiu à **manobra sobre as retaguardas**,



138. COLIN, Jean. *Les transformations de la guerre*.



que “essencialmente tem por objeto produzir no inimigo uma dissociação material e moral”: pela ameaça à sua linha de abastecimento e de retirada. Cortado de suas bases de partida, o exército inimigo não é mais capaz de manobrar livremente. A **manobra sobre a posição central** só tem por objeto “dividir um inimigo numericamente superior e permitir empregar, contra cada uma de suas divisões, a manobra nas retaguardas”. Na batalha, “é também por um ataque giratório ameaçando a última linha de retirada inimiga que Napoleão dissocia materialmente e moralmente o inimigo”. Uma vez que a **batalha com massa giratória** não é possível, Napoleão empreende a **batalha sobre a posição central** do exército inimigo. Existe, então, “uma fórmula”, “uma mesma ideia (que) inspira os planos de campanha e os planos de batalha de Napoleão, é a dissociação preconcebida do exército inimigo por meio de uma ameaça à linha de retirada”<sup>140</sup>.

Tais controvérsias podem parecer bizantinas. É evidente que o sistema de guerra de Napoleão repousa, como todos os outros, sobre uma combinação do choque e da manobra (e da concentração de fogo quando a qualidade das tropas diminui). A questão da forma fundamental de Napoleão não é, portanto, desprovida de sentido, nem de objeto. Ela engendra sistemas diferentes em si: o choque supõe a superioridade quantitativa ou moral, ele procura a destruição por meio de uma ação decisiva e rápida, enquanto que a manobra aplica meios mais sutis, menos brutais, mas que exigem uma grande maestria por parte do comando. Em 1914, foram vistos os resultados concretos de uma interpretação simplificadora do arquétipo da estratégia napoleônica. Ao enfatizar o choque, privilegia-se a ofensiva, a concentração, o moral, enquanto que a manobra buscará de preferência a velocidade, a surpresa, o segredo. A escolha de uma forma fundamental implica, em larga medida, aquela de um modelo de exército e de comando.

## SEÇÃO V – O PROCESSO ESTRATÉGICO

### 214 – Concepção e execução

Na estratégia, como em qualquer atividade humana, é preciso conceber antes de executar. São encontradas numerosas controvérsias sobre a importância recíproca da concepção e da execução. O General Dragomirov, que bem representa a escola russa, sustenta que: “*pode-se garantir o sucesso mais pela execução do que pela concepção*”<sup>141</sup> porque ele pode apoiar-se nas qualidades excepcionais de resistência e de coragem do soldado russo.

Em sentido inverso, Moltke, o Velho, afirma que: “*é pouco provável que, no decorrer de uma campanha, seja possível reparar as falhas cometidas no momento da concentração inicial*”<sup>142</sup>, ou seja, durante a concepção. Trata-se de estilos ou de características nacionais e não de uma preferência universal. Em teoria, está claro que a preparação e a execução têm a mesma importância: uma execução defeituosa pode levar ao insucesso o melhor plano concebido, enquanto o “falar” das armas pode tirar de um plano defeituoso resultados inesperados. Napoleão disse: “*existem duas espécies de plano de campanha, os bons e os maus; algumas vezes os bons planos não conseguem ter sucesso por circunstâncias fortuitas, às vezes, os maus planos obtêm sucesso por algum capricho da sorte*”<sup>143</sup>. Porém é incontestável que o emprego de armas

139. Segundo o prefácio de Bruno Colson a reedição de CAMON, Hubert. *La guerre napoléonienne*.

140. CAMON, Hubert. *La guerre napoléonienne*, p.21.

141. DRAGOMIROV. *Principes essentiels pour la conduite de la guerre*. Paris: Librairie militaire Baudoin, 1889. p. 6.

142. LOIZEAU. *Succès stratégique, succès tactiques*. Paris: Berger-Levrault, 1931. p. 32.

143. COMMENTAIRES de Napoléon Ier, tomo VI, p. 177.

modernas, cada vez mais complexas, tende a melhorar a parte relativa da concepção.

Da mesma forma que o movimento não se divide, as diferentes etapas do processo estratégico são consideradas, freqüentemente, só a posteriori. Pode-se, entretanto, dividi-lo em três fases fundamentais:

– **a fase de preparação**, durante a qual a concepção predomina, sem entretanto ser absolutamente exclusiva: faz-se um plano da execução sobre o emprego efetivo dos meios, notadamente a concentração;

– **a fase de operações**, durante a qual a execução predomina. É o momento decisivo do choque das vontades, das quais vai sair um enfraquecimento geral ou, ao contrário, um desequilíbrio em favor de um dos protagonistas. A concepção intervém de forma permanente, para adaptar o planejamento inicial à evolução das operações. É, com frequência, a incapacidade de modificar um plano preconcebido, para explorar as ocasiões que se apresentam ou para contornar as resistências que surgem, que engendra o fracasso;

– **a fase da exploração**, durante a qual a concepção e a execução estão intimamente misturadas. Trata-se de tirar partido da vantagem obtida sem ultrapassar o ponto culminante da vitória (Clausewitz), dando uma importância cada vez maior ao fator político tendo em vista a conclusão final.

## 215 – A surpresa estratégica

O propósito de toda ação estratégica é de superar o inimigo, a fim de impor-lhe a nossa vontade. Para isso, a solução mais radical consiste em ser mais forte do que o inimigo, qualquer que seja o teatro ou a natureza das operações. Quando a desproporção das forças envolvidas é esmagadora, o inimigo só pode submeter-se e o plano estratégico se torna evidentemente facilitado. Em abril de 1945, todo mundo sabia que os soviéticos se preparavam para lançar sua ofensiva final em direção à Berlim, e não se esperava mais a surpresa ou qualquer manobra indireta. Os alemães apenas se preparavam para o choque final e sabiam que sucumbiriam ao final de uma resistência mais ou menos longa.

Porém, a existência de tal superioridade é uma questão excepcional. O inimigo, mesmo em situação de fraqueza, pode compensar a insuficiência de seus meios pela utilização judiciosa do terreno ou pela superioridade de sua manobra: a pequena Finlândia foi capaz de colocar em situação embaraçosa o “rolo compressor” russo. De outra forma, mesmo quando se dispõe de uma tal superioridade, é sempre desejável atacar o dispositivo inimigo nos seus pontos mais fracos, a fim de acelerar o desfecho e de reduzir as perdas. É preciso buscar a surpresa estratégica, que dificultará o inimigo de opor a resposta apropriada.

Essa surpresa pode ter diversas formas. Pode ser uma surpresa **técnica**, como foi o emprego do gás pelos alemães em Ypres em 1915, ou o emprego dos carros de combate pelos britânicos em Somme, no ano seguinte. Pode tratar-se de uma surpresa **geográfica**, seja no ataque ou na defesa em um terreno de difícil acesso: a surpresa ofensiva foi realizada pelos franceses em Denain, em 1712<sup>144</sup>, pelos russos nos flancos de Stalingrado ao fim de 1942; a surpresa defensiva foi realizada pelos russos na primavera de 1942, logo após o revés de sua ofensiva sobre Kharkov, quando eles rapidamente se retiraram sobre Don para evitar novas batalhas de envolvimento. A surpresa pode também ser **temporal**, quando a ofensiva, após um período de espera estratégica ou de esquiva, conduz a um momento não habitual (na época moderna, uma vez que as operações se interrompiam durante o inverno, Turenne e o

---

144. LESAGE, Gérard. *Denain 1712*. Paris: Le Mans, Économica-Cénomane, Campagnes et stratégies, 1992.



Marechal de Saxe criaram tal surpresa ao atacar no período do inverno; os alemães fizeram o mesmo nas Ardenas, no fim de 1944), ou em seguida a uma operação de despistamento bem conduzida, como a realizada pelos egípcios em outubro de 1973<sup>145</sup>. A surpresa pode enfim ser **doutrinária**, com uma das forças combate, não com meios desconhecidos ou em teatro inesperado, porém de uma maneira que não foi prevista por seu adversário: contrariamente ao esperado, o comando francês havia visualizado, antes de 1914, a violação da neutralidade belga, mas pensava que ela somente poderia ser de uma amplitude limitada, em função dos efetivos do Exército alemão; ao colocar imediatamente em posição seus corpos de reserva, sem esperar que eles estivessem em condições de combate, os alemães puderam dar à sua manobra uma amplitude que trouxe uma surpresa para os franceses. Evidentemente, a melhor surpresa é a que combina esses diferentes elementos, como ocorreu com os alemães em maio de 1940: a surpresa é, simultaneamente, geográfica (escolha das Ardenas consideradas como inacessíveis), doutrinária (emprego de carro de combate) e técnica (emprego das aeronaves *Stukas* alemães).

Aquele que obtém a surpresa garante uma vantagem que é frequentemente decisiva. Moltke, o Velho, considerava que era essencial jogar durante a fase de preparação, o emprego da **concentração estratégica** ou do **dispositivo estratégico**. Isso não é em nada impossível, citando-se a recuperação francesa sobre o Marne como ilustração. Tudo depende da velocidade da execução e da relação de forças.

## 216 – A ruptura estratégica

Na etapa operacional do processo estratégico, o propósito principal é impor sua superioridade ao inimigo, com vistas à exploração da vantagem inicial obtida. A linguagem corrente fala da busca da ruptura estratégica.

A idéia, empregada na estratégia desde o século XVIII, é tomada emprestada da mecânica, de forma a obter a ruptura do equilíbrio. Há a ruptura estratégica quando o inimigo tenha perdido toda sua capacidade de reação, ao ponto de não ter mais, segundo a expressão sugestiva de Herbert Rosinski, a **maestria estratégica**<sup>146</sup>, em função das forças que ainda restam à sua disposição. Uma concepção corrente opõe a ruptura, baseada no choque, à manobra, que se esforça para atingir o mesmo resultado, porém, visando a atingir os pontos fracos do inimigo mais do que buscando o contato direto com o grosso de suas forças. Parece, todavia, preferível verificar na ruptura o efeito do choque ou da manobra, que não são modalidades com o mesmo propósito. No fim do século XIX, Antoine Grouard define desta forma a ruptura:

A ruptura estratégica tem por resultado dividir as forças inimigas em várias frações onde se possa a seguir batê-las, separadamente, com mais facilidade do que se elas estivessem reunidas<sup>147</sup>.

As modalidades da ruptura são diversas. Ela pode ser obtida pelo choque, que deve procurar a penetração, pela manobra, que envolve ou desborda, ou pela concentração de fogo, que esmaga e usa. Poder-se-ia dizer que a penetração, o envolvimento, o desbordamento, o desgaste, que foram pesquisados no nível tático e hoje no nível operativo, devem chegar à ruptura, fenômeno estratégico.

145. RAZOUX, Pierre. *La guerre Israélo-arabe d'Octobre*. Paris: Économica, Campagnes et stratégies, 1999.

146. ROSINSKI, Herbert. *La structure de la stratégie*. Pouco usada, esta expressão é portanto preferível ao conceito clássico da liberdade de ação. Uma força pressionada por um inimigo superior, não terá condições de possuir liberdade de ação, embora nem sempre perca necessariamente o princípio estratégico.

147. GROUARD, Antoine. *Maximes de guerre de Napoléon Ier*. Paris: Livraria militar Baudoin, 1898. p. XXIX.

A penetração da linha inimiga está ligada à ideia de frente. Enquanto a frente é basicamente de essência estática, a penetração é um choque que cria uma abertura, um furo, nesta linha de frente inimiga. Para triunfar, ela se apóia em uma ação brutal e em uma mobilidade que impedem o defensor de restabelecer-se em uma nova linha de frente. O exemplo típico é a penetração de Sedan, em maio de 1940. Quando a velocidade empregada é imperfeita, a penetração é muito difícil de obter. A imagem que vem espontaneamente é a proveniente da louca obstinação dos generais franceses, britânicos ou alemães procurando a penetração da frente ocidental de 1915 a 1917, sem se dar conta que tais esforços eram inúteis. E mesmo quando ela pode ser obtida, como em Caporetto em novembro de 1917, ou na frente francesa em março e maio de 1918, ela não pôde ser explorada por falta de velocidade: o defensor pode empregar suas reservas mais rapidamente do que os atacantes possam abastecer e reforçar seus elementos avançados. Só na frente russa a penetração foi possível e explorável, graças à inferioridade tática e estratégica dos russos, à imensidão de espaço e à ausência de obstáculos que ofereceram aos alemães enormes possibilidades de ação.

Quando a penetração aparece como muito difícil ou muito custosa, há uma tendência ao emprego da manobra, onde o propósito é surpreender o inimigo vindo de diversas direções que ele não poderia (ou de modo suficiente) ter previsto. E a frente da Alsace-Lorraine, fortificada nos anos 1870-1880 pelo General Séré de Rivières, não permite idealizar uma penetração decisiva, quando o General Schlieffen concebe o seu célebre plano de desbordamento pela Bélgica. A ruptura deve resultar da impossibilidade para o inimigo reorientar seu dispositivo, muitas vezes intacto, pois ele não tem (ou pouco) enfrentado o choque inicial. A velocidade é ainda mais determinante do que a penetração. Os franceses obtiveram sucesso no restabelecimento de Marne em 1914 graças às suas ferrovias, que fizeram falta em Somme, em 1940.

Quando não se pode ter sucesso pela penetração nem pela manobra, a única maneira de obter a ruptura é pelo emprego da superioridade material, que se exprimirá sobretudo pela concentração de fogo, de modo a provocar o desgaste do inimigo até o ponto onde seu dispositivo se desloque. Na Normandia, em 1944, os aliados não realizaram a penetração ou a manobra em grande estilo, sonhada por seu comando; a superioridade tática do comando e dos soldados alemães permitiu retardar a conclusão bem além do que era razoável permitido projetar, em função da esmagadora desproporção da relação de forças; a defesa em profundidade por diversas vezes colocou em situação embaraçosa as tentativas aliadas de penetração, notadamente na região de Caen (operação Goodwood). Porém, as perdas alemãs eram tais (de 31 de julho a 21 de agosto de 1944. O V exército Panzer foi reduzido de 588 carros de combate a 62 unidades) que, ao fim, o dispositivo foi deslocado<sup>148</sup>, obtendo-se a ruptura pela pressão contínua mais do que pela sequência do choque decisivo ou pela ação de uma manobra.

**A ruptura é a ação inicial que permite obter exploração decisiva.** Ela não está ligada à penetração da frente, mas à criação de um desequilíbrio, de qualquer natureza que seja, de uma situação nova que possibilite obter vantagens antes proibidas, pela transformação de alguns dados de base da situação anterior. Durante as negociações SALT, Henry Kissinger procurava a penetração ou a ruptura conceitual (*conceptual breakthrough*). O General Poirier falou da ruptura provocada pela arma nuclear<sup>149</sup>. O conceito conheceu um impulso favorável, pelo menos no discurso francês, no final dos anos 1990, para dar conta das transformações induzidas pelo colapso da União Soviética<sup>150</sup>.

148. DIJKE, Jacques Van. *Le effondrement du front allemand en Normandie (25 juillet – 21 août 1944)*. Revue historique des armées, 1963.

149. POIRIER, Lucien. *Essais de stratégie théorique*, p. 21 e 36.

150. Cf. *Stratégie*, 65, 1997-1, La rupture stratégique.

## 217 – A perseguição estratégica

Após a obtenção da vantagem obtida pela ruptura, aparece uma nova etapa de exploração da vantagem. A modalidade típica é a perseguição estratégica, onde o objetivo é de não deixar nenhum repouso ao inimigo que se encontra em desequilíbrio, mas, ao contrário, de inquietar com sucessivos ataques as forças que ficam à sua disposição para concluir o deslocamento de seu dispositivo. Há uma tendência em se pensar que não se trata de colher os frutos do sucesso obtido, uma vez que esse emprego é, na realidade, muito difícil, como observou o Marechal Von Manstein:

O vencido, ordinariamente para atingir um fim, mostra-se mais rápido do que o vencedor. A necessidade de encontrar alguma segurança lhe proporciona asas. Além disso, o vencido pode sempre retardar a perseguição empreendendo ações de retaguarda, para proporcionar ao inimigo um avanço bastante dificultoso. Esta é uma razão pela qual a história quase não apresenta exemplos de perseguições que tenham produzido o aniquilamento do inimigo<sup>151</sup>.

É frequente ressaltar-se a ausência de perseguição do inimigo após batalhas decisivas, tanto em terra quanto no mar, até o século XIX. O fenômeno foi geralmente imputado às causas globais de um modelo de guerra limitada. Isto não é necessariamente errado, mas a principal explicação é de ordem técnica. A ruptura não podia ser obtida sem um esforço considerável, que certamente desgastava muito o vencido, porém, igualmente, enfraquecia o vencedor, que quase não tinha forças novas. Em ações no mar é difícil, até a época contemporânea, engajar a perseguição com navios de guerra que estivessem desgastados e até arriscar separar a esquadra. Em terra, os combatentes estão esgotados após a batalha que durou várias horas e isto é um fenômeno psicológico bem conhecido, onde um soldado que bate em retirada após a derrota pode mais facilmente resistir ao empregar as forças que ainda restam do que o atacante que persegue, pois este tem o sentimento de ter feito o essencial. É preciso serem acrescidas razões sociológicas: se Frederico II repugna tanto a perseguição após a batalha é em razão de sua crença obsessiva com relação à deserção<sup>152</sup>; seu exército, que era mantido só por uma disciplina de ferro e não por um real sentimento nacional, devia ser mantido agrupado para não oferecer ao soldado a possibilidade de fuga. Esta ausência de perseguição explica, em grande parte, a característica indecisa de muitos engajamentos da época moderna: o vencido pode se retirar e reconstituir suas forças.

Napoleão introduziu uma mudança decisiva. Ele foi o primeiro a engajar sistematicamente na perseguição, a procurar uma exploração tão completa quanto possível da ruptura obtida pela batalha<sup>153</sup>. O exemplo imortal que permanece é o da campanha de 1806 contra a Prússia. Após a ruptura obtida pelas Batalhas de Auerstaedt e de Iéna, ele lança sua cavalaria para perseguir o Exército prussiano em fuga. Os elementos deslocados e separados uns dos outros, não têm nenhum descanso para o restabelecimento das forças inimigas e o resultado é uma destruição completa do reino da Prússia em poucas semanas. Tal perseguição só acaba nas fronteiras da Rússia quando o Exército francês está por demais desgastado para poder engajar

151. VON MANSTEIN. *Victoires perdues*, p. 161.

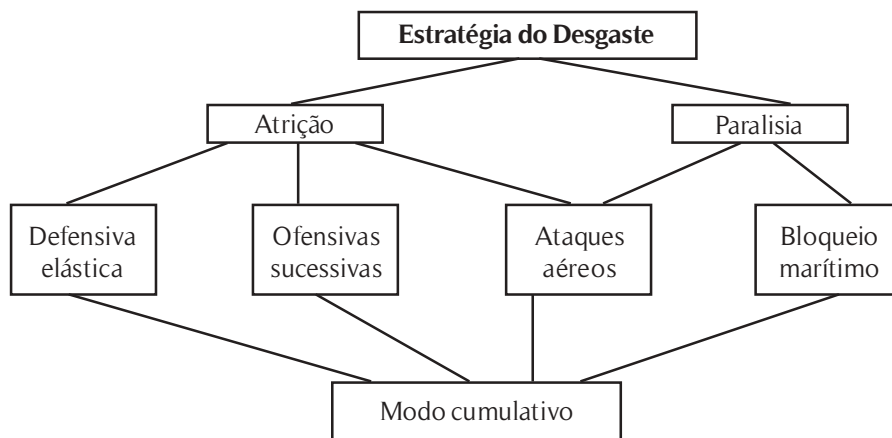
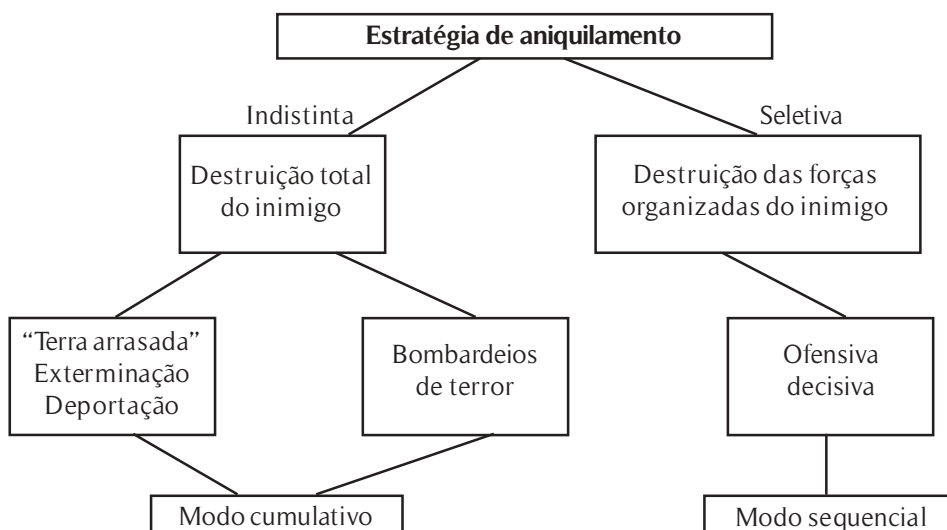
152. Mais de 70.000 desertores durante a Guerra dos Sete Anos. DUFFY, Christopher. *O Exército de Frederick, o Grande*. 2.ed. Chicago: Emperor's Press, 1996. p.85.

153. Cf. CAMON, Hubert. *La guerre napoléonienne*, p. 91-103.

as forças do novo inimigo russo. Somente Dantzig conseguiu resistir temporariamente: ela só se renderá após um longo cerco conforme o uso da época.

A perseguição é igualmente explorada a fundo pela *Blitzkrieg* (a guerra relâmpago alemã). Uma vez obtida a ruptura, as forças blindadas se engajam em gigantescas operações de envolvimento e de penetração em uma escala até então desconhecida (sem considerar o caso particular dos mongóis). A dilatação do teatro de operações é acompanhada por uma velocidade de execução que não possibilita ao inimigo qualquer prazo para o seu restabelecimento. Este sistema só será colocado em xeque durante a campanha da Rússia, quando o espaço será dilatado demais em relação aos meios disponíveis e quando as forças defensoras serão importantes demais para serem reduzidas em algumas batalhas de envolvimento.

A perseguição estratégica é reencontrada na Guerra do Golfo. A ruptura foi, dessa vez, obtida pela arma aérea que aniquilou uma parte do dispositivo inimigo e paralisou todo o restante. Não há verdadeiramente ruptura terrestre, a fase terrestre corresponde à exploração da vantagem inicial obtida pela via aérea.



No mar, a ruptura obtida pela batalha ou por qualquer outro meio (bloqueio da força organizada, ataques submarinos ou aéreos) vai permitir uma exploração no meio marítimo (com o emprego do bloqueio comercial) ou contra terra (com operações combinadas). No domínio aéreo, a ação inicia-se, da mesma forma, pela procura da obtenção de uma ruptura, com a aniquilação da capacidade de reação inimiga. A exploração toma então a forma do bombardeio estratégico, que é apenas uma variante do bloqueio realizado em um outro meio e com efeitos mais rápidos, ou com operações combinadas (aerotransportadas), como a Batalha de Arnhem. Em todos os casos, a ação aérea tem por propósito passar a empreender uma série de bombardeios ou de ações de transporte aéreo<sup>154</sup>.

A exploração extrapola o quadro da perseguição entendida no seu sentido tradicional. A perseguição pertence à ordem operativa, enquanto **a exploração é de ordem estratégica** e pode fazer intervir fatores de todas as ordens: militares, mas também econômicas ou políticas. Porém, pode-se também fazer da perseguição uma metáfora, como o fez o Coronel Moravec desde 1941:

Na última fase do golpe decisivo, quando se empreende a perseguição do inimigo abatido, a política intervém de novo como unidade rápida para destruir os últimos restos da organização estratégica do adversário. Essa “perseguição estratégica” efetuada pela política é de grande importância porque não é permitido que o adversário possa instalar-se em qualquer lugar dentro da zona de etapas em uma posição nova e continuar aí sua resistência<sup>155</sup>.

O vocabulário estratégico tradicional pode então se adaptar à ampliação contemporânea da estratégia sem grandes esforços, basta cuidar que a essência dos conceitos não seja alterada.

## 218 – A retirada estratégica

Quando a ruptura é obtida, a parte separada está condenada à retirada estratégica. **Trata-se de trocar espaço por tempo.** O abandono de posições não vitais permite encurtar as linhas de comunicações, e a frente concentrar as forças restantes em posições vitais, esticando as linhas de comunicações do perseguidor. Algumas retiradas particularmente brilhantes permanecem célebres, como a evacuação do Cáucaso e pelos alemães após Stalingrado, efetuada com um mínimo de perdas, apesar das imensas distâncias e da pressão russa. Em uma escala mais modesta, o XIX Exército alemão consegue recuar sem ser atropelado ao longo do Vale Rhône, em 1944, graças aos ataques empreendidos pela 11ª Divisão Panzer. O problema é que, mais frequentemente, a decisão é tomada quando já é atingido “um grau de saturação”<sup>156</sup>, isto é, que a ruptura já está consumada, a perseguição engajada e que o domínio estratégico das forças está perdida. O restabelecimento em novas posições é, então, muito difícil, senão quase impossível. O exemplo típico é a defesa estática imposta por Hitler na frente do leste: a recusa em abandonar qualquer território conquistado provocou as catástrofes de Stalingrado, ao fim de 1942, e da Bielo-Rússia, no verão de 1944.

Operação sempre perigosa, a retirada estratégica deveria ser cuidadosamente estudada para que o comando se prepare para poder enfrentá-la. Paradoxalmente, este é o caso que é

---

154. Coronel ACHARD-JAMES. Le Renseignement dans les opérations aéroportées. *Revue militaire d'information*, no 245, 25 de janeiro de 1955, p. 25-26.

155. MORAVEC, Emmanuel. *La stratégie nouvelle*. Paris: Éditions C.L. - Aux Armes de France, 1941. p. 54.

156. CLAUSEWITZ, Carl von. *Théorie du combat*, p.63, n. 276.

menos estudado, pela recusa em encarar uma sorte contrária, por medo de enfraquecer o moral do comando e de seus executores. Raros são os subordinados que têm a coragem de recomendá-la, raros são os chefes que têm a coragem de impô-la e, mesmo simplesmente, fazer estudar sua eventualidade: excepcionais são os planos de guerra que prevêem o que se chama geralmente de “posições de recuo”. Por falta de decisão estratégica, a conclusão é abandonada ao falar das armas, o que pode ser cruel.

## 219 – A vitória estratégica

O propósito fundamental da estratégia, até o aparecimento da arma nuclear, é a derrota do inimigo. Esta proposição, que não é em si mesmo discutida, apresenta um problema de delimitação. Quando se pode dizer que a vitória é conseguida, que o inimigo é vencido? Quando ele se dá por vencido, para parafrasear Souvorov. Sem dúvida, mas apenas limita-se a adiar o problema. Além dos inevitáveis casos absurdos que marcam a história, devido à falha de um chefe ou a razões políticas, **há fatores “objetivos” para a vitória ou para a derrota?**

Assim exposta, a resposta corre o risco de engendrar discussões sem fim. Basta constatar que não existe fator único para a vitória ou para a derrota: um beligerante pode perder uma imensa extensão territorial, mesmo vindo a recuar suas forças em boa ordem; esse exemplo acontece na defensiva alemã no Leste da Europa de 1943 a 1945: as forças alemãs conservaram sua coesão e sua capacidade combatente até a batalha final em Berlim; o grupo de Exércitos da Boêmia depôs suas armas em 11 de maio de 1945, sem ter sido militarmente destruído. Um beligerante pode também perder a maior parte de suas forças organizadas sem, entretanto, perder sua liberdade de ação: Frederico II consegue resistir após sua derrota de Kollin, enquanto qualquer outro não teria visto nenhuma saída.

Este exemplo de Frederico II, conseguindo sair de uma situação desesperada, é constantemente citado como prova do triunfo da vontade. É esquecer que, no início de 1762, a situação da Prússia era desesperadora, a capitulação não era mais do que uma questão de semanas, senão dias. Frederico II só foi salvo pela morte da mulher do czar e pelo advento de Pedro III, um meio-louco. O gênio militar de Frederico II havia esgotado todos os seus recursos, e a Prússia só deveu sua salvação por causa desse incrível golpe da sorte, como acontece às vezes, mas tão raramente que não se deve ter ilusão.

Um prolongamento da resistência pode provocar um deslocamento da colisão adversária, como uma fadiga do adversário que o incita a moderar suas exigências... A derrota de um dos lados é consumada logo que este não possa mais razoavelmente esperar a continuação da luta, uma recuperação política-militar que lhe permitiria obter melhores condições para cessarem as hostilidades. Em 1918, após quatro anos de uma terrível luta, a Alemanha esgotada se encontrava próxima da destruição militar<sup>157</sup>, e ela não podia mais esperar a dissociação da coalizão aliada. Em 1945, Hitler e Goebbels estavam sós aguardando uma ruptura entre os anglo-saxões e os soviéticos, nada mais podendo evitar a destruição final. Ainda em 1945, o Japão não podia tampouco esperar escapar da derrota: suas forças estavam completamente separadas, ele estava destruído por bombas, sua frota mercante estava acabada, ao ponto de numerosas fábricas não funcionarem mais, o Exército soviético desferia ataques sobre a Manchúria e os 28 milhões de voluntários não tinham nenhuma esperança em rechaçar a invasão. **Nas duas guerras mundiais, a vitória estratégica foi conquistada indiscutivelmente.**

---

157. DEIST, Wilhem. *The military collapse of the German Empire: the reality behind the Stab-in-the-Back Myth*. War in History, 19963.

Uma simples passagem pela história sugere a diversidade dos casos do gênero. O vencedor não está mais em condição de reagir às iniciativas de seus adversários, seja porque ele não tem mais espaço (exemplo do III Reich em 1945), seja porque ele não possui mais recursos (caso do esgotamento geral de víveres ou de munições, frequente no nível tático, o que pode ser observado no plano estratégico: exemplo dos sulistas durante a Guerra da Secessão), seja porque ele não tem mais muitas forças organizadas para sustentar um prolongamento das operações (exemplo do Exército alemão em 1918 ou do Exército finlandês em 1940, ao fim da Guerra do Inverno), seja, enfim, porque ele não pode mais empregar eficazmente os meios que ainda lhe restam, quando ele perdeu a maestria estratégica das forças, por força de um desgaste material ou psicológico (exemplo da decomposição do Exército russo em 1917).

## 220 – Sucesso tático e vitória estratégica

Em todos os casos, só se pode designar o vencedor, considerando os fins, positivos ou negativos, da guerra ou da campanha. O desconhecimento desta regra pode conduzir a **sucessos táticos que podem ser ao mesmo tempo fracassos estratégicos**. Sabe-se disto desde a Antiguidade, que conservou a lembrança das “vitórias de Pirro”, este rei de Épiro que esgotou seu reino por uma série de vitórias custosas. Basta-se citar a Batalha de Malplaquet (1709), que é uma vitória tática da coalizão, pois o Exército francês bate em retirada, mas é um fracasso estratégico, pois sua força ofensiva é destruída: tendo perdido duas vezes mais soldados que os franceses (23 mil contra 10 mil), eles deviam parar<sup>158</sup>. Na verdade, nem precisa mesmo de perdas elevadas. No outono de 1941, Hitler afasta o grupo blindado de Guderian de Moscou para que participasse da aniquilação das tropas soviéticas na região de Kiev. A operação, conduzida com superioridade, resulta no cerco e na destruição do grupo de exércitos do Marechal Boudienny, com mais de 600 mil prisioneiros e a captura de grande quantidade material. Porém, o tempo perdido na frente central da Rússia será um dos fatores determinantes do fracasso da ofensiva contra Moscou (operação Typhon) e então da própria campanha. Uma reinterpretação recente, à luz dos arquivos soviéticos recentemente abertos, sugere que o retardo empreendido por Stalin em ordenar a evacuação de Kiev, retardo fatal para as tropas de Boudienny e comumente imputado à cegueira do ditador, era, de fato, uma “tentativa desesperada” de ganhar tempo para organização da defesa de Moscou<sup>159</sup>. Da mesma forma, as batalhas do cerco de Viazma e de Briansk, na primeira fase da operação Typhon, são consideradas pelos alemães como sucessos brilhantes (673 mil prisioneiros, 1242 carros de combate, 5412 canhões destruídos ou capturados), porém a destruição de dois bolsões levou mais de duas semanas e retardou o assalto final contra a capital Moscou.

**A guerra naval oferece múltiplos exemplos dessa situação.** A brilhante vitória da esquadra francesa em Béveziers (1690) não é de nenhuma utilidade, pois é acompanhada de uma derrota na Irlanda que arruína o objetivo da campanha, a restauração do pretendente Stuart<sup>160</sup>. A derrota de Saintes (1782) é dolorosamente ressentida pela Esquadra francesa, mas, na prática, ela não traz nenhum benefício para os britânicos: a esquadra vitoriosa foi maltratada, e ela não está mais em estado de opor-se aos corsários franceses que devastam o tráfego marítimo; apesar da vitória, o domínio dos mares não é mais britânico. O mesmo vai ocorrer para o “*Glorious First of June*” (1794): a captura de alguns navios de

158. CORVISIER, André. *La bataille de Malplaquet 1709*. Paris: Économica, Campagnes et stratégies, 1997.

159. FUGATE, Bryan; DVORETSKY, Lev. *Thunder on the Dnepr: Zhukov-Stalin and the Defeat of Hitler's Blitzkrieg*. Novato: Presidio Press, 1997. p. 264.

160. Como bem observou Castex. *Théories stratégiques*, I, p. 219-220.



guerra franceses não tem um forte peso em face da passagem do imenso comboio que, proveniente dos Estados Unidos, chegou sem ser molestado a Brest.

Estes exemplos sugerem a necessidade de reler a história militar e naval segundo uma perspectiva verdadeiramente estratégica, isto é, menos focalizada sobre os resultados da batalha, porém, mais voltadas aos resultados a longo prazo. A prova da verdade não é uma batalha ganha, por mais brilhante que ela seja, mas a colocação duradoura fora de combate do inimigo, seja pela destruição de suas forças, seja pelo domínio de um espaço de segurança politicamente e militarmente suficiente. As vitórias parciais não significam, necessariamente, a realização dos planos de guerra; e os tratados de paz revelam mais seguramente do que a lista dos combates e o grau de realização dos objetivos.

## 221 – Vitória estratégica e conclusão política

Clausewitz, uma vez mais, havia observado o problema e apresentado **as duas funções do estrategista**: de um lado, chefe de exércitos, dimensão puramente militar, porém, de outro, conselheiro militar do governo e participando, conforme este título, na decisão política. Esta participação lhe parecia tão importante que ela o levava a recomendar que o general-em-chefe ficasse na proximidade da autoridade política chamada a pronunciar-se como último meio de ação<sup>161</sup>. Seus sucessores não aceitaram esta afirmação da preeminência política, não hesitando em alterar o próprio texto de Clausewitz. Para se prevenir contra toda intromissão do poder político na condução das operações militares, eles se desinteressam da política, como se, uma vez a vitória militar obtida, tudo estivesse feito e que só tivesse que colher os frutos. É esquecer a advertência de Clausewitz: se a vitória é o propósito estratégico, ela não constitui um fim político, porque a vitória

é apenas um meio. Mesmo no caso onde se procuraria a vitória só em si – simplesmente para a honra – ou para pesar como vantagem moral durante as negociações políticas, esse efeito, e não a vitória só em si, é sempre o fim<sup>162</sup>.

O esquecimento desta evidência é muitas vezes doloroso e não foi preciso muito tempo para os franceses darem-se conta disso após a vitória de 1918. Não se contam as vitórias militares negligenciadas nas negociações que seguem o fim das hostilidades, o mais frequente em seguida a uma péssima coordenação entre os dirigentes políticos e os chefes militares. A direção francesa da guerra em 1918 é citada como um bom exemplo: Foch, ao ignorar a dimensão política, preocupado em encerrar a hecatombe (mais de 3.000 mortes por semana eram pouca coisa, quantitativamente falando, perante os 1.380.000 mortos em todo o período de guerra) comete o erro imenso de renunciar à grande ofensiva em Lorraine preparada por Pétain e de aceitar um armistício prematuro<sup>163</sup>. Com isso, ele não poderá mais, posteriormente, fazer prevalecer suas exigências em matéria de segurança, em face de um poder civil confrontado com a complexidade da situação política.

Este é o obstáculo entre a política e a estratégia, que os teóricos contemporâneos da estratégia total ou integral querem superar (infra nº 229). Porém, não se trata de um modelo teórico, e a realidade aparenta ser mais complexa do que uma simples redução à

---

161. CLAUSEWITZ, Carl von. *De la guerre*, p. 708.

162. \_\_\_\_\_. *Théorie du combat*, p. 63, n. 276.

163. Cf. PEDRONCINI, Guy. *Pétain: le soldat et la gloire*. Paris: Perrin, 1991. t.I.

unidade. Como exemplo, pode-se citar que a ruína do Partido Comunista vietnamita depois da sua vitória em 1975 foi significativo. Como um bom marxista, ele havia perfeitamente assimilado o princípio de unidade da política e da estratégia e havia sustentado uma guerra desgastante (durante três decênios), com uma disciplina férrea que não foi relaxada. Logo que a vitória foi obtida, ele desmoronou completamente: essa prodigiosa máquina de guerra tornou-se, em poucos anos, uma organização corrompida e ineficaz, que mergulhou o país na miséria e só se mantém por meio da repressão. **A política é complexa demais para se deixar submeter por muito tempo pela estratégia.** Esta deve se contentar com os resultados provisórios porque, a menos que haja uma exterminação total, como o faziam os mongóis, ou ao menos uma anexação definitiva, é raro que uma estratégia possa impedir indefinidamente a recuperação de uma unidade política (ou militar) decidida a sobreviver, já que a derrota estimula as energias e quebra o conservadorismo mais frequentemente do que a vitória: Atenas se recuperou depois de sua derrota na Guerra do Peloponeso, a França depois de Poitiers e Azincourt, a Prússia depois de Iéna, Hitler em 1940 apagou a humilhação de 1918 e os vencidos da Segunda Guerra Mundial, arruinados, ocupados e destruídos sob o efeito de bombas, são hoje gigantes econômicos<sup>164</sup>. A tarefa do estrategista se assemelha com a de Sísifo.

## SEÇÃO VI – UMA ARTE GRANDE-ESTRATÉGICA?

### 222 – As novas dimensões da estratégia

O historiador britânico Michael Howard resumiu<sup>165</sup>, de maneira expressiva, as novas dimensões da estratégia:

1. Até meados do século XIX, a estratégia era fundamentalmente **operacional**. Era, mais frequentemente, o talento do chefe a conceber e conduzir a manobra que decidia sobre o final da campanha, às vezes a coragem ou a habilidade dos executantes, por último o número ou a superioridade material, fator que só se tornará determinante no final da época moderna. Claro, as outras dimensões estão presentes, mas como pano de fundo. **A principal é a dimensão financeira**, obsessão de todos os governantes desde que o Estado existe: a guerra foi sempre sinônimo de pressão fiscal acrescida, com sua seqüência lógica de revoltas, de dívida e às vezes de falência<sup>166</sup>. Entretanto, a História em geral concede a esse fator central um lugar marginal. Do mesmo modo para a propaganda, presente desde a mais alta Antiguidade<sup>167</sup>. **A guerra foi sempre “um fato social total”** para retomar uma expressão célebre de Gaston Bouthoul, mas a dimensão militar eclipsa todas as dimensões “civis”, que são percebidas, apenas, segundo uma concepção ainda afirmada pelo Almirante Castex, nos anos 1930, como “servidões”<sup>168</sup>.

164. Este problema fundamental da recuperação após uma derrota tem sido raramente estudado segundo uma ótica comparativa. Ver ANDREAPOULOS, George J.; SELESKY Harold E. (Ed.). *The aftermath of defeat: Societies, Armed Forces and the Challenge of Recovery*. Londres: Yales University Press, 1994.

165. HOWARD, Michael. The forgotten dimensions of strategy. In: \_\_\_\_\_. *The causes of war*. Londres: Temple Smith, 1983.

166. A título de exemplo sobre a Antiguidade, o colóqui Armées et fiscalité dans le monde antique, Paris, CNRS, 1977 e Patrice Brun, “Guerre et finances: état de la question”, *Pallas-Revue d'études antiques*, 51, 1999.

167. Exemplos em GUERRE et conquête dans le Proche-Orient ancien. Paris: F. Maisonneuve, 1999.

168. CASTEX. *Théories stratégiques*, t III.

2. Em meados do século XIX, a estratégia operacional se vê em concorrência com a dimensão **logística**, de modo mais amplo com o **econômico**: os exércitos modernos consomem cada vez mais munições e equipamentos, o que supõe uma verdadeira mobilização industrial e, finalmente, uma militarização da economia. Essa dimensão se mostrou decisiva, pela primeira vez, na Guerra de Secessão.

Não se devia procurar os mestres da estratégia operacional entre os exércitos vitoriosos do Norte, mas entre os chefes do Sul. Lee e Jackson utilizaram suas forças com uma flexibilidade e uma imaginação dignas de um Napoleão e um Frederico; entretanto, eles perderam... Fundamentalmente, a vitória do Norte é o resultado, não dos talentos operacionais dos seus generais, mas da sua capacidade em transformar sua força humana e industrial superior àquela do Sul em exércitos, em que chefes como Grant foram capazes, graças sobretudo ao transporte terrestre e fluvial, de desdobrar tão poderosamente que a habilidade operacional de seus adversários tornou-se quase inútil<sup>169</sup>.

Em 1914, os beligerantes, acreditando em uma guerra curta, não prepararam a mobilização industrial. Resulta disso, desde o fim do ano, uma penúria de munições e de armamentos que se fará sentir até 1916, e que será um dos fatores do fracasso das ofensivas francesas de 1915. Sob a pressão das circunstâncias, a mobilização econômica é organizada por Rathenau na Alemanha, Clementel na França, Kitchner no Reino Unido. Desde 1916, aproveitando as importações norte-americanas, os aliados tomam a vantagem nessa “batalha do material” (*Materialschlacht*): os historiadores confirmam amplamente o que já observavam os combatentes na frente, como se pode vê-lo em *Orages d’acier*, de Ernst Jünger.

Os Estados Unidos já são “o arsenal das democracias”, eles serão ainda mais na Segunda Guerra Mundial; representando em 1945 quase metade da produção industrial mundial, eles constroem mais aviões, navios, e máquinas do que o inimigo pode destruir. Quaisquer que sejam seus sucessos táticos, este deve sucumbir, daí a fórmula de H. P. Willmott a propósito da Guerra do Pacífico, e que adquire uma influência geral: “**Antes, eram as vitórias que davam a supremacia. Doravante, é a supremacia que dá a vitória.**”<sup>170</sup>

3. Essa capacidade de mobilização do conjunto dos recursos da nação depende da atitude do povo, que deve aceitar as restrições pesadas que ela exige. É preciso realizar propaganda cada vez mais aperfeiçoada, cada vez mais intensiva<sup>171</sup>, para fazer aceitar sacrifícios econômicos e financeiros, mas também humanos, a priori intoleráveis. **As mídias se dirigem não mais a uma elite instruída, mas ao conjunto da população**<sup>172</sup>. Durante a Primeira Guerra Mundial, o rádio e o cinema concorreram com os jornais, e o poder se dedicou em colocá-los a serviço do esforço da guerra: foi a partir de uma iniciativa pessoal de Ludendorff que a Alemanha criou, em 1917, um escritório de cinema militar, o Bild und Film Art, depois uma grande companhia cinematográfica, a Universum Film Aktien Gesellschaft (UFA), que se tornará entre as duas guerras, a primeira companhia europeia de cinema<sup>173</sup>. Com tais meios, notadamente o rádio, pode-se também dirigir-se ao inimigo, para tentar desmoralizá-lo, intoxicá-lo. Assim, aparece a **guerra psicológica** (a expressão é empregada por Fuller em 1920), que os britânicos preferem chamar “*political Warfare*”, os alemães *geistiger Krieg* (guerra mental) e que será empregada por todos os beligerantes durante a Segunda Guerra Mundial<sup>174</sup>. A estratégia adquire assim uma terceira dimensão, que Michael Howard chama **social** e que condiciona a conduta do conflito por pouco que ela se prolongue.

169. HOWARD, Michael. The forgotten dimensions of strategy, p. 103.

170. WILLMOTT, H.P. *La guerre du Pacifique 1941-1945*, Paris: Autrement, 2001. p. 19.

171. Cf. ELLUL, Jacques. *Propagandes*, 1962. Paris: Économica, 1990.

172. Cf. COUTAU-BÉGARIE, Hervé (Dir.). *Les médias et la guerre*. Paris: CFHM, - Économica, Bibliothèque stratégique, 2005.

173. D'HUGUES, Philip. L'UFA entre Pommer et Goebbels. *Le Figaro*, 23, outubro de 2002.

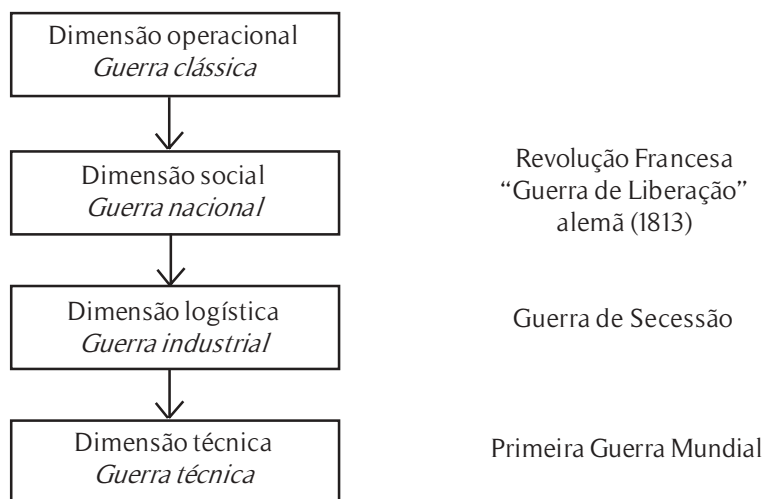
174. VILLATOUX, Marie-Catherine e VILLTOUX, Paul. Les mutations de l'esprit: la guerre psychologique pendant la Second Guerre Mondiale. In: MERCIER-BERNADET, Fabienne (Dir.) 1939-1945. *La Guerre des "intelligences"*, s.l.: Lavauzelle, 2003.

4. No século XIX, com a multiplicação das invenções, a dimensão **técnica**, que era até então secundária, começa a crescer em importância, até tornar-se decisiva. **As inovações** deixam de ser o fato de indivíduos isolados, para serem sistematicamente buscadas. Em abril de 1793, o primeiro ato do Comitê de Salvação Pública é a criação de uma comissão encarregada de “pesquisar e experimentar os novos meios de defesa”<sup>175</sup>. Se os chefes da Primeira Guerra Mundial se mostram ainda majoritariamente céticos, eles são, apesar de tudo, obrigados a adaptarem-se, frente aos progressos estupendos da aviação, à aparição dos gases e dos carros de combate, ao desenvolvimento dos submarinos... Na França, o ministro da Instrução Pública e das Belas-artes acrescenta à sua titularidade as “Invenções interessando a Defesa nacional”, primeiro esboço de um Ministério da Pesquisa. Apenas se trata ainda de improvisações. Durante a Segunda Guerra Mundial, a pesquisa das inovações se torna sistemática e os progressos muito mais rápidos. O caso mais espetacular é, claramente, o projeto Manhattan que permite aos Estados-Unidos aprontar em um tempo recorde, ao preço de um investimento enorme, a bomba atômica. A corrida aos armamentos, até então essencialmente quantitativa, vai tornar-se cada vez mais qualitativa.

## 223 – O novo estrategista

A estratégia moderna não se faz somente com forças militares, ela requer meios cada vez mais importantes e sobretudo cada vez mais diversificados. O estrategista não é mais o chefe do exército, mas o chefe político e militar que deve coordenar todas as dimensões do que

### A EXPANSÃO DA ESTRATÉGIA



175. BRET, Patrice. *L'état, l'armée: la science. L'invention de la recherche publique en France (1763-1830)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.

se chamará desde já **grande estratégia, estratégia global, estratégia integral** (infra nº 253)... A Primeira Guerra Mundial revelou essa mutação que não tinha sido prevista pelos estados-maiores, cegos pela ideia de uma guerra curta e que a maior parte dos chefes não entenderam: Joffre, Haig, Nivelles obstinaram-se em pedir à única estratégia operacional a solução que ela não podia mais fornecer, pelo menos na frente ocidental. A procura da penetração traduziu-se nas hecatombes inúteis. Ludendorff introduziu procedimentos novos, mas subestimou o peso da logística. A única exceção é Petain, grande estrategista dessa guerra: desde sua nomeação, ele ataca o problema mais urgente, aquele da restauração do moral (dimensão social). Ele toma consciência do bloqueio da estratégia operacional (sua diretiva nº1 consagra o abandono da ofensiva) e entende contorná-lo pela superioridade logística e a surpresa técnica: “*Eu espero os norte-americanos e os carros de combate.*” Essa frase muito simples revela uma visão estratégica de uma importância e de uma clareza que faltaram a quase todos os seus pares<sup>176</sup>.

Esta experiência dolorosa levou, entre as duas guerras, a tomar consciência das novas dimensões da estratégia, a estratégia ampliada ou a estratégia geral. A Segunda Guerra Mundial mostrou, entre todos os beligerantes, uma capacidade de adaptação muito maior e mais rápida. Após 1945, a lição não foi perdida e a preparação de uma nova guerra mundial foi a preocupação permanente dos estados-maiores.

Esta coordenação estratégica global só pode conceber-se em um escalão político mais elevado, único capaz de arbitrar entre as exigências contraditórias dos diferentes setores do Estado. O General de Gaulle o dizia com brutalidade, no auge da Segunda Guerra Mundial:

Os militares me fazem rir quando eles falam de estratégia. Eles imaginam que a estratégia é ainda um assunto militar! Mas nós estamos em uma guerra total: a estratégia é a política. Os verdadeiros estrategistas de hoje não são os generais, mas Stalin, Churchill, Hitler e Roosevelt<sup>177</sup>.

Proposição terrivelmente lúcida, como muitas vezes foi o seu autor, mas que não se deve interpretar abusivamente: a estratégia ultrapassou a esfera militar, ela fica no quadro conflituoso, no seio do qual a **dimensão militar conserva, apesar de tudo, um *status particular*, em razão de sua capacidade única de acelerar ou modificar, ver inverter o curso das coisas** e do prestígio que decorre disso. Daí as duas tentações simétricas do dirigente político e do chefe militar em controlar diretamente as duas esferas, civil e militar. A fusão do comando militar e político sob a égide dos chefes militares foi tentada na Alemanha em 1917-1918 com a ditadura de guerra da dupla Hindenburg-Ludendorff; ela acabou em um fracasso total, em consequência de um desconhecimento grosseiro das dimensões não-militares da estratégia contemporânea. A intromissão muito aprofundada do poder político no comando militar engendrou um bom número de desavenças, tanto por parte de Hitler quanto de Churchill. A coordenação estratégica é uma preocupação permanente que não pode ser objeto de uma fórmula universal satisfatória. O fator decisivo permanece, em última análise, na capacidade de discernimento e na flexibilidade intelectual do estrategista.

---

176. Guy Pedroncini demonstrou-o de maneira eminente em Pétain, général en chef.

177. Palavras relatadas em SOUSTELLE, Jacques. *Envers et contre tout*. d'Alger à Paris 1942-1944. Paris: Robert Laffont, 1947, p. 36.

